



Análise das Políticas Públicas de Enfrentamento ao Bullying no Âmbito Escolar no Município de Macapá/AP

Marlene de Souza da Cunha



AYA EDITORA
2024

Análise das
Políticas Públicas
de Enfrentamento
ao Bullying no
Âmbito Escolar
no Município
de Macapá/AP

Análise das Políticas Públicas de Enfrentamento ao Bullying no Âmbito Escolar no Município de Macapá/AP

Marlene de Souza da Cunha



AYA EDITORA

2024

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autora

Prof.ª Ma. Marlene de Souza da Cunha

Capa

AYA Editora©

Revisão

A Autora

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.º Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos

Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA

Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2024 - **AYA Editora** - O conteúdo deste livro foi enviado pela autora para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva da autora. A autora detém total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente a sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro devem ser direcionados exclusivamente à autora.

C9724 Cunha, Marlene de Souza da

Análise das políticas públicas de enfrentamento ao bullying no âmbito escolar no município de Macapá/Ap [recurso eletrônico]. / Marlene de Souza da Cunha. -- Ponta Grossa: Aya, 2024. 92 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-607-2

DOI: 10.47573/aya.5379.1.313

1. Assédio nas escolas - Prevenção. 2. Violência na escola - Prevenção.
3 Políticas publicas . I. Título

CDD: 371.58

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por ter me mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Sou grato à minha família pelo apoio que sempre me deram durante toda a minha vida em especial aos meus pais Marcino Cunha e Deuzarina Souza.

Deixo um agradecimento especial a minha orientadora Prof.^a Dra. Maria Andréa Luz da Silva pelo incentivo e pela dedicação do seu escasso tempo ao meu projeto de pesquisa. Também quero agradecer à Universidade Estadual do Ceará e a todos os professores do meu curso pela elevada qualidade do ensino oferecido.

Por um mundo com mais empatia.

*Bom senso. Respeito. E boas
palavras.*

*Que a gente se coloque mais no
lugar do outro e pense bem antes de falar
(ou de escrever). É sempre bom lembrar
que existe um mundo inteiro dentro de cada
um e tocar nesse solo sagrado é um ato de
responsabilidade.*

QUE SEJAMOS SERES HUMANOS

MAIS HUMANOS.

Mais gentis. Mais generosos.

*Que sejamos – simplesmente –
gente que a gente possa admirar. E amar.*

(Fernanda Mello)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	14
BULLYING NAS ESCOLAS: ORIGEM E CONCEPÇÕES.....	24
A Agressividade Presente na Infância e na Adolescência	26
Bullying: Formas de Manifestação	27
Causas do Bullying nas Escolas.....	28
Sequelas do Bullying na Saúde Mental dos Adolescentes	32
O Papel da Escola e Família no Desafio ao Combate ao Bullying..	34
TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PREVENÇÃO DO BULLYNG NO SISTEMA EDUCACIONAL	37
Políticas Públicas: Concepções e Perspectivas	37
Legislação Brasileira e Propostas Governamentais de Combate ao Bullying	42
Propostas Governamentais Antibullying no Estado do Amapá.....	47
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	52
Caracterização da Escola Campo – Escola Estadual Gonçalves Dias.....	52
Procedimentos.....	54
Grupos Focais: Caracterização	55
Grupos Focais: Análise.....	57
Entrevista com a Coordenação Escolar: Estratégias de Enfrentamento ao Bullying e o Perfil das Vítimas e Agressores.....	61

Programa Educação para Paz e sua Participação na Escola	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	81
Apêndice A – Entrevista: Coordenadores e Professores	81
Apêndice B – Questões Norteadoras Grupo Focal	82
ANEXOS	83
Anexo A – Carta de Anuência para Autorização de Pesquisa	83
Anexo B – Declaração de Veracidade das Informações Prestadas	84
SOBRE A AUTORA	85
ÍNDICE REMISSIVO	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	Portal Periódicos Capes
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
PEA	Perturbação do Espectro do Autismo
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online
TAG	Transtorno de Ansiedade Generalizada
TAS	Transtorno de Ansiedade Social
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TJAP	Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

APRESENTAÇÃO

O bullying é um problema comum entre jovens em idade escolar, nos diferentes países, culturas e níveis socioeconômicos. Trata-se de um comportamento agressivo, ofensivo, repetitivo e frequente, perpetrado por uma pessoa contra outra ou por um grupo contra outros, com a intenção de ferir e humilhar, estabelecendo-se uma relação desigual de poder. No Brasil existem poucos estudos que investigam as consequências do bullying entre adolescentes levando em consideração os diferentes papéis (agressores exclusivos, vítimas exclusivas e agressores/vítimas). O presente estudo tem como objetivo investigar a ocorrência do bullying na Escola Estadual Gonçalves Dias, mostrando as estratégias e políticas que estão sendo utilizadas para o enfrentamento desse problema no ambiente escolar. A escolha desta escola foi feita com base em dois critérios: primeiro, trata-se de uma escola pública, o que permitiu - como imaginávamos - um trânsito mais desimpedido do pesquisador para a coleta dos dados. Por outro lado, a instituição escolhida ofereceu um campo de estudos muito rico por se tratar de uma grande escola (15 turmas), com razoável diversidade social entre a comunidade escolar, com representações de diferentes posições sociais, desde os segmentos mais empobrecidos até camadas das classes médias, o que ofereceu ao estudo uma margem maior de representatividade do que aquela que seria possível caso a escola fosse marcadamente uma instituição de periferia urbana, frequentada apenas por estudantes de famílias muito pobres, ou, pelo contrário, uma escola típica de classe média. A metodologia deste estudo constituiu uma revisão bibliográfica de caráter analítico descritivo a respeito do bullying, mostrando conceitos, situações e suas medidas no Brasil e no Amapá, para realizar uma avaliação pertinente das últimas décadas. A pesquisa foi realizada com os alunos na faixa etária de 11 a 14 anos, professores e coordenação pedagógica que atuam na escola. Para a coleta de dados utilizou-se entrevistas, grupo focais e análise documental. A análise do conteúdo obtido pelos grupos focais dividiu-se em três etapas: a) Pré-análise; b) exploração do material e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Diante das informações apresentadas nesta pesquisa, foi possí-

vel observar que o bullying, também considerado como uma forma específica de violência entre pares, tem se feito presente nos ambientes educacionais, principalmente em alunos do 7º ao 9º ano. Além disso, os estudos e resultados aqui colocados indicam que as políticas de enfrentamento da escola e do estado do Amapá ainda não são suficientes para combater o bullying dentro do ambiente escolar.

INTRODUÇÃO

O bullying é uma prática violenta e intencional praticada entre pares, com desigualdade de poder, que gera dor e sofrimento para todos os envolvidos. Essa forma de violência constitui uma condição de risco, que pode levar o indivíduo a apresentar distúrbios de diversos níveis (Yunes; Szymanski, 2001; Fante, 2012, Schultz *et al.*, 2012). Por provocar tantos males, é importante que a escola não minimize as ocorrências de bullying, devendo potencializar, por meio dos educadores, interações significativas que contribuam para processos de resiliência diante das adversidades encontradas no ambiente escolar (Yunes, 2003; Yunes, 2015).

O bullying não é um evento relativamente novo dentro do espaço escolar. No entanto vem assumindo grandes proporções e a escola não sabe como conter este problema. Nos dias que correm este tema vem sendo uma das preocupações da sociedade sendo necessário esclareceras verdadeiras razões que facilitam a violência no meio escolar (Queiroz, 2017).

É uma pauta que requer um olhar cuidadoso e atento dos profissionais da educação, entretanto a violência escolar quando é tratado é percebido apenas situações nas quais os alunos trocam agressões físicas e quebram pertences (Soares e Oliveira, 2019). Contudo na realidade a violência é superior e se faz presente nos relacionamentos educativos, no processo de ensino-aprendizagem ou até mesmo no âmbito.

Há registros de episódios das consequências em pessoas que sofriam bullying, ou seja, pessoas que eram vítimas do fenômeno e que, em atos de extremismo, para findar seu sofrimento, cometeram homicídio seguido de suicídio e, conforme demonstrado na literatura, nem sempre as vítimas destes homicídios eram seus agressores/intimidadores, chamados de autores de bullying (Fante, 2012).

Nos Estados Unidos da América, em 1997, na cidade de West Paducah, Kentucky, um adolescente de catorze anos de idade, após a oração matinal na instituição de ensino em que estudava, matou a tiros três colegas e feriu mais cinco alunos. No mesmo país, em 1998, ocorreram mais dois casos, em duas cidades distintas. Na primeira, chamada Jonesboro, em Arkansas, dois estudantes, de onze e treze anos de idade, atiraram aleatoriamente em sua escola, matando quatro meninas e uma professora. O segundo caso, foi na cidade Springfield, Oregon: um adolescente, de dezessete anos de idade, matou a tiros dois colegas e feriu mais vinte alunos (Fante, 2012).

Outro caso americano citado no livro de Fante (2012), ocorreu em abril de 1999, onde dois jovens Eric Harris e Dylan Klebold, entraram na *Columbine High School*, na cidade de Littleton, Colorado, fortemente armados e assassinaram doze colegas e uma professora antes de cometerem suicídio.

Fante (2005) também cita casos brasileiros, como o que ocorreu em janeiro de 2003 em Taiúva, cidade do interior paulista, onde um estudante de dezoito anos entrou no colégio onde tinha estudado e feriu oito pessoas com disparos de um revólver calibre trinta e oito e, em seguida, se matou. Esse estudante era obeso e, por isso, durante toda a sua vida estudantil, provavelmente, foi alvo de apelidos humilhantes, de gargalhadas e sussurros nos corredores deste colégio.

No Brasil, o Ministério da Educação tem atuado para combater a prática de bullying, e uma dessas maneiras é o Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos.

A data do dia 7 de abril marca o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência nas Escolas. A data foi instituída em 2016, por meio da Lei nº 13.277. A escolha da data está relacionada à tragédia que ocorreu em 2011, quando um jovem de 24 anos invadiu a Escola Municipal Tasso de Oliveira, no bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, e matou 11 crianças. Para combater o bullying, o MEC tem apoiado projetos de formação continuada para profissionais da educação (docentes e gestores) por meio do Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos.

O Pacto é uma iniciativa conjunta do MEC e do Ministério da Justiça e Cidadania para a promoção da educação em direitos humanos no ensino superior. O objetivo de um dos projetos é capacitar educadores e gestores para que reconheçam e adotem estratégias eficazes de prevenção e encaminhamento das situações de bullying (MEC, 2018).

Segundo Soares e Oliveira (2019) a escola é uma instituição social é um lugar onde todas as diferenças acabam se achando e é um local permanente de conflitos, fato este que se dá pelas inúmeras diferenças no aspecto da educação, valores familiares, culturais, religiosos e étnicos, onde o ambiente escolar acaba promovendo o correto direcionamento.

Compreender as diferenças e aprender a lidar com elas, trabalhando posturas e ações construtivas para solucionar esses conflitos devem fazer parte do aprendizado de modo a minimizar o crescimento da violência no ambiente escolar.

Diante do exposto este estudo terá a finalidade de conhecer e compreender o fenômeno bullying e como ele é configurado no ambiente escolar, norteando a pesquisa bibliográfica por autores com publicações realizadas em periódicos de caráter científico e plataformas oficiais 15 para consulta da existência de leis que abrangem a temática. Aprofundando os conceitos e conhecendo como a escola lida com a gestão desta problemática.

Em seu trabalho Matos *et al.* (2020) ressaltam o quanto que o bullying pode prejudicar o bem-estar de todos nós, pois diferente das outras formas de agressão, o bullying promove consequências prejudiciais à saúde física, mental e social de todos os envolvidos, sejam elas as vitimizadas, as agressoras ou as espectadoras.

Uma das grandes adversidades que germinam as agressões de bullying é a ausência de conhecimento e informação dos pais, dos seus responsáveis e dos professores, visto que eles possuem maior convívio com o indivíduo a ser educado. Visto que eles ainda acreditam que as condutas praticadas por esses jovens são exclusivamente brincadeiras sem maldade como sendo característico da idade ou da fase que eles estão passando.

O estudo favorece um maior entendimento acerca do fenômeno, busca compreender algumas das suas diversas formas, variações dentro do contexto escolar e as suas possíveis sequelas.

A pesquisa evidencia a ocorrência de bullying entre os alunos na escola, mostrando que o contexto escolar tem se constituído em um espaço para a promoção deste tipo de violência. Onde suas vítimas se sentem desprotegidas e sempre vulneráveis quanto ao seu agressor.

Podemos citar que Bittencourt (2012) afirma que, é significativo criar uma cultura de ações contra o bullying, expondo ao agressor que essas práticas não são saudáveis e nem permitidas em nenhuma eventualidade na sociedade em que vivemos. No entanto para ter essa autonomia e cultivar essas boas ações é preciso que seja realizada uma investigação para realizar a identificação desta prática de violência no meio escolar.

Grande parte dos agressores não assumem suas ações, pois acreditam que são apenas brincadeiras sem maldade, no entanto sabemos que essas brincadeiras não possuem um teor saudável para ambos os lados, um dos lados acaba se divertindo em cima do sofrimento do outro. Em seu artigo Medeiros (2015) expõe a pesquisa realizada nas escolas públicas e privadas de todo o país, onde perceberam que a prática do bullying é proporcionalmente maior entre os estudantes do sexo masculino (26,1%) do que do feminino (16,0%), já no seu trabalho Mattos e Jaeger (2015) ressaltam em seus resultados que a violência para os meninos é aceita como algo natural e, muitas vezes, passa a não ser percebida como tal. Essas diferentes perspectivas advêm da naturalização das manifestações violentas na construção da masculinidade padrão, enquanto ela é rejeitada na construção da feminilidade referente.

É um grande desafio amenizar todos os elementos que facilitem a prática do bullying no meio escolar, apesar disso ainda há um grande desejo de se viver em uma sociedade mais igualitária, nos fazendo crer que é possível essa relação entre a família e escola no sentido que possibilite o respeito, a tolerância e a aceitação da diferença do outro e de si próprio. Diante do exposto podemos dizer que a escassez de políticas públicas que determinem a necessidade de priorização das ações de prevenção relacionadas a assédio escolar ou bullying, o que nos levam a apontar que esses alunos estão expostos aos riscos dos abusos de seus pares. Além disso, os agressores acabam não recebendo o apoio devido para retirá-lo dos caminhos que causarão um certo dano por toda a sua vida.

A escola é um leque de possibilidades para a exploração e identificação das possíveis estratégias que fariam parte da prevenção e intervenção do bullying, considerando a realidade que vivem e convivem as personagens deste cenário, destacando também a formação continuada dos professores, projetos educativos, palestras educacionais e de conscientização para todos que fazem parte do corpo escolar e que incluem a família. Pois não podemos permitir que o bullying seja tratado como algo irrelevante e banal em nossa sociedade e convivendo a tolerância entre a escola e a relação que esta violência propicia.

As escolas e as famílias desses alunos necessitam cessar esse direcionamento de responsabilidade, onde a família culpabiliza a escola pela falta de autoridade na hora de disciplinar os alunos e a escola atribui a responsabilidade a família pelo fato de não limitarem seus filhos. Uma vez que, esse processo deve ser realizado em conjunto, a escola deve buscar o apoio da família no que se refere a ética e respeito. Já a família deve arcar com o seu dever na formação de cidadãos e não compactuar com as atitudes de seus filhos.

É relevante destacar algumas características geográficas sobre o campo de estudo conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017): Macapá situa-se no sudeste do estado, e é a única capital estadual brasileira que não possui interligação por rodovia a outras capitais. Além disso, é a única cortada pela linha do Equador e que se localiza no litoral do rio Amazonas, distando 1.791 quilômetros de Brasília.

Em busca de melhor definição e esclarecimento do caminho que será traçado visando alcance da resposta para o problema da pesquisa, se articulou questões norteadoras. Conforme Nahas, Graziosi e Liebano (2012), questões norteadoras são indagações em torno da questão central da pesquisa, o problema. São uma derivação do problema, ou seja, são questões secundárias que guardam relação direta com o objeto a ser estudado. As questões norteadoras e o problema devem ser tratados ao longo do corpo do estudo a fim de esclarecê-los usando o rito científico.

Este estudo definiu as seguintes questões norteadoras: a) Como ocorre o bullying nas escolas públicas do estado do Amapá? b) Quais os fatores que facilitam a ocorrência do bullying nas escolas? c) Quais os tipos de bullying são praticados: verbal, físico,

virtual? d) As escolas possuem registros de acontecimentos de bullying? e) Quais as estratégias que essas escolas estão tomando para o enfrentamento do bullying? Diante disso, o problema da pesquisa compreende entender: Qual a situação atual e as perspectivas da prática de enfrentamento do bullying na Escola Estadual Gonçalves Dias?

A justificativa se relaciona às ideias de Oliveira-Menegotto, Pasini e Levandowski (2013) que trazem a definição de bullying, este é um fenômeno que se caracteriza por atos de violência física ou verbal, que ocorrem de forma repetitiva e intencional contra uma ou mais vítimas. Ainda, o fenômeno começou a ser estudado na Suécia, na década de 1970. Com isso, o bullying em seu registro histórico se mostra antigo, mas em relação a estudos científicos é recente. Sabe-se que as consequências físicas e verbais causam problemas psicológicos e emocionais. Sentimentos como raiva, vingança, desprezo e outros. Ainda, com o advento da internet, surgiu uma variante do bullying, sendo este praticado de forma virtual.

Conhecer cada um desses tipos de bullying são imprescindíveis para prover políticas públicas eficientes e eficazes; no mais, ajuda para dissipar esses tipos de violências: física, verbal e virtual, evitando problemas psicológicos nos alunos no âmbito escolar, os quais podem se estender para eventos trágicos, como: suicídios e assassinatos, entre outros.

Lopes-Neto (2005), mostra que embora os estudos sobre o bullying escolar no Brasil sejam recentes, o fenômeno é antigo e preocupante, sobretudo em função de seus efeitos nocivos. No cenário brasileiro, foi, sobretudo, na década de 1990 que o bullying passou a ser discutido, mas foi, somente a partir de 2005, que o tema passou a ser objeto de discussão em artigos científicos. O trabalho de Lopes-Neto (2005), busca alertar sobre a alta prevalência da prática de bullying entre estudantes, conscientizando-os da importância de sua atuação na prevenção, diagnóstico e tratamento dos possíveis danos à saúde e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, além da necessidade em orientar as famílias e a sociedade para o enfrentamento da forma mais frequente de violência juvenil.

O desenvolvimento desta pesquisa corrobora para tal alerta. Por isso, busca também trazer contribuições para estudos posteriores sobre as possíveis consequências nocivas na vida dos estudantes do estado do Amapá. Portanto, para possíveis intervenções na esfera das políticas públicas se faz primordial conhecer qual a situação atual e as perspectivas da prática do bullying nas escolas públicas do estado do Amapá, devido ao escasso arcabouço de estudos científicos sobre o objeto de estudo bullying no município de Macapá/AP, busca-se trazer embasamento suficiente para auxiliar nessas intervenções políticas.

Consonante ao objetivo geral, pretende-se: investigar a ocorrência do bullying nas escolas públicas do município de Macapá no estado do Amapá, mostrando as estratégias e políticas que estão sendo utilizadas para o enfrentamento desse problema no ambiente escolar, tendo como base a Escola Estadual Gonçalves Dias. Para isso, os objetivos específicos, englobam: a) Elucidar como o bullying ocorre na Escola Estadual Gonçalves Dias; b) Analisar as políticas de combate ao bullying na Escola Estadual Gonçalves Dias c) Investigar a influência das políticas públicas estaduais na construção das estratégias de combate ao bullying da escola Estadual Gonçalves Dias.

De acordo com o censo escolar realizado pelo IBGE (2021), em Macapá atuam 176 escolas de ensino fundamental II e ensino médio nas redes pública e privada. A escolha desta escola foi feita com base em dois critérios: primeiro, trata-se de uma escola pública, o que permitiu - como imaginávamos – um trânsito mais desimpedido do pesquisador para a coleta dos dados. Por outro lado, a instituição escolhida ofereceu um campo de estudos muito rico por se tratar de uma grande escola (15 turmas), com razoável diversidade social entre a comunidade escolar, com representações de diferentes posições sociais, desde os segmentos mais empobrecidos até camadas das classes médias, o que ofereceu ao estudo uma margem maior de representatividade do que aquela que seria possível caso a escola fosse marcadamente uma instituição de periferia urbana, frequentada apenas por estudantes de famílias muito pobres, ou, pelo contrário, uma escola típica de classe média.

A metodologia deste estudo constituiu-se de uma revisão bibliográfica de caráter analítico descritivo a respeito do bullying, mostrando conceitos, situações e suas medidas no Brasil, para realizar uma avaliação pertinente das últimas décadas. Explorando

como as políticas públicas podem ser articulados na região do Amapá de forma estratégica para auxiliar no combate desse tipo de violência. Foram selecionados artigos em inglês e português publicados principalmente a partir de 2005, no entanto não foram dispensados aqueles aos quais são as bases da descoberta do estudo do bullying e do cyberbullying estudado nesse projeto.

A coleta de dados inicial será realizada utilizando as bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), Portal Periódicos Capes (CAPES) e Google acadêmico. Um dos critérios levados em consideração para as buscas dos artigos foram os descritores utilizados tais como: bullying, cyberbullying, bullying no Brasil, bullying no Amapá, políticas públicas para o bullying. Após a montagem do banco de dados com os artigos encontrados, conforme os critérios já descritos foram realizadas as análises: leitura exploratória; leitura seletiva e escolha do material que se adequava ao tema deste estudo, leitura analítica e análise dos textos, finalizando com a realização de leitura interpretativa e redação deste trabalho.

Vergara (2010) define amostra ou população amostral, como sendo uma parte do universo escolhida segundo algum critério de representatividade. Assim, a amostra objetiva extrair um subconjunto da população que é representativo nas principais áreas de interesse da pesquisa (Roesch, Becker e Mello, 1999). Assim sendo, a pesquisa será realizada com os alunos com faixa etária de 11 a 14 anos, professores e coordenação pedagógica que atuam na Escola Estadual Gonçalves Dias, localizada em Macapá/AP.

Para Pereira (2002 p. 17), o estudo das formas de violência escolar e especificamente o bullying é fundamental por que é possível que ocorra confusão com outras formas de comportamento agressivo, que é normalmente expresso em determinadas idades, principalmente entre 07 e 14 anos; ou ainda, ocorra confusão pelas semelhanças as com “brincadeiras agressivas ativas de grande expansividade e envolvimento físico dos interve-nientes, mas em que não existe a intencionalidade de magoar ou causar danos.

Para a coleta de dados utilizou-se entrevistas, grupo focais e análise documental, com o objetivo de verificar as seguintes situações: se a escola tem ou já teve casos de bullying, quais as medidas que a escola costuma realizar em relações a esses casos, quais os tipos de bullying que ocorre, qual a influência das políticas públicas estaduais na construção das estratégias de prevenção da escola. Todas essas questões e outras que foram efetuadas na escola tiveram o objetivo de avaliar o nível de violência que pode estar havendo nesse ambiente.

A entrevista é definida por Lakatos e Marconi (2003 p. 195) como sendo um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Por meio dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas etc. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.

No que diz respeito ao tipo de entrevista utilizou-se a padronizada, que segundo Lakatos e Marconi (2003 p. 197) trata-se de um tipo de entrevista no qual o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário (apêndice A) elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas (professores e coordenadores) em concordância com o nosso objetivo (Lakatos e Marconi, 2003).

Em seus estudos Morgan (1997) define grupos focais como “sendo uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais” (*apud* Trad, 2009). Para Kitzinger (2000, *apud* Trad 2009), o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Deste modo, ao mesmo tempo em que as pessoas falam suas histórias, buscam compreendê-las por meio do exercício de pensar compartilhado, o qual possibilita a significação dos acontecimentos.

A escolha dos grupos focais como meio de coleta de dados se dá na sua essência como atividade grupal, pois os sujeitos (alunos/vítimas/agressores) podem se expressar no grupo de forma abertamente sem a violação da privacidade deles.

Os grupos focais se fundamentaram na reflexão e no diálogo direto com os alunos, onde iremos expor algumas questões (apêndice B) que irão nortear o diálogo com os alunos. É necessário que instituições escolares e gestores públicos reconheçam as consequências negativas do bullying e a importância de preveni-lo, não apenas para adequarem-se à legislação, mas, principalmente, para solidificarem-se como agentes de proteção de estudantes vitimizados diretamente ou indiretamente por essa forma de violência. Prevenir o bullying significa contribuir para a transformação da realidade social de crianças e adolescentes, que passam a reconhecer a escola como um espaço adequado para criar vínculos, adquirir novos conhecimentos e fortalecerem-se para participarem na sociedade, vislumbrando um futuro saudável e promissor. Essa transformação só poderá ocorrer a partir de propostas embasadas cientificamente e avaliadas a partir de critérios metodológicos válidos (Fernandes; Dell’Aglío, 2020).

Desta forma, esta dissertação está estruturada em três capítulos: o primeiro capítulo trata do bullying nas escolas suas origens e concepções, da agressividade presente na infância e na adolescência, das formas de manifestação do bullying, das causas do bullying nas escolas, fala das sequelas do bullying na saúde mental dos adolescentes e sobre o papel da escola e da família no desafio ao combate ao bullying. No segundo capítulo, apresenta-se o conceito de políticas públicas e suas perspectivas, conseqüentemente trata-se da legislação brasileira de combate ao bullying, das propostas governamentais antibullying no estado do Amapá.

A escrita do capítulo final da Dissertação se dará a partir da análise dos dados coletados através de registro de trabalho de campo, entrevistas, documentos oficiais, registros fotográficos e da experiência do cotidiano dos professores.

BULLYING NAS ESCOLAS: ORIGEM E CONCEPÇÕES

Descrito como sendo uma subcategoria de violência, o bullying, pode ser identificado por condutas agressivas premeditadas e recorrente, fundamentado em relações com desigualdade de poder, e que nos últimos anos se tornou um problema de saúde pública que atinge crianças e adolescentes em fase escolar, promovendo serias consequências a saúde.

Este capítulo tem como objetivo contextualizar a origem do bullying, buscando entender a origem dessa violência presente entre os adolescentes dentro do ambiente escolar, além de expor as sequelas que o bullying causa à saúde mental de quem é vítima desta violência.

Nos dias atuais o bullying é considerado um problema em escala mundial que atinge diretamente e principalmente jovens em idade escolar, que sofrem algum tipo de violência seja ela física, moral ou disfarçada de brincadeiras, sendo estas condutas definidas como bullying. Essa palavra é designada para conceituar atos de violência física e moral de forma ostensiva e regular que é praticada por um ou mais indivíduos com o objetivo de gerar dor, sofrimento, angústia e qualquer outro sentimento negativo nas vítimas.

A Europa foi a pioneira nos estudos relacionados ao bullying, a pesquisa foi realizada entre jovens de 10 a 20 anos de idades, devido à alta taxa de suicídio nesta faixa etária. Observou-se que os pais ou responsáveis juntamente com a escola não mostravam a devida atenção a esses jovens, uma vez que reconheciam as ofensas como brincadeiras, gerando assim medidas sem fundamentos (Soares e Oliveira, 2020). Grillo e Santos (2015) explanam que o bullying pode ocorrer em qualquer faixa social e de escolaridade, um simples apelido inofensivo pode afetar o lado emocional e físico da vítima.

É significativo assentar que o bullying são condutas de cunho intencionais e premeditadas, estruturadas e planejadas, realizadas de forma recorrente nos mais diferentes tipos de agressões, sobretudo no meio escolar ou fora dele. Geralmente essas condutas não possuem uma causa específica ou justificada, que de forma quase espontânea os denominados mais fortes utilizam os mais fracos como simples objeto de diversão e humilhação as suas vítimas (Melo, 2010).

A violência escolar ou intimidação sistemática é dado pelo desequilíbrio de poder. E as indispensáveis classificações são o bullying direto que inclui atitudes agressivas de formas físicas e verbais e a forma a indireta, que é definida pela exclusão social, levando a vitimização alusiva a agressividade das quais tenham sido salvos. Aponta-se que durante a adolescência a vítima usufrui de poucos recursos para esquivar-se ou defender-se das agressões (Francisco e Coimbra, 2015).

Segundo Mota *et al.* (2018) este evento acaba se expressando de várias formas e modos distintos sendo algumas delas a verbalmente, por meio de insultos, apelidos pejorativos, xingamentos e comentários diminutivos; física como por exemplo bater ou cuspir e o cyberbullying que é promovido através dos espaços virtuais. Também pode-se incluir as práticas com fofocas e exclusão social.

Em certas situações as pessoas que praticam bullying são em sua grande maioria indivíduos que não usufruem de uma boa educação e organização familiar desorganizada e com problemas tornando este indivíduo difícil em não aceitar as diferenças. Os agressores acabam expondo desde pequenos uma enorme persistência as normas impostas em determinados ambientes, não suportam ser contestados ou frustrados, o que acaba acarretando vínculos com pequenos delitos (Queiroz, 2017).

Para os autores Neto (2011) e Queiroz (2017) o bullying é como um ato popular com predisposição a se envolver e misturar-se com outras condutas antissociais existentes ou criados, e que resulta na visualização da sua agressividade como sendo uma boa qualidade. Diversas são essas condutas assim como também são vários os indivíduos que participam deste ato de violência, cabe-se identificá-los da melhor maneira e compreender as nuances das suas complexidades e implicações.

O agressor é aludido como sendo aquele que ocasiona o ataque ao outro indivíduo que se tornar impossibilitado de se defender, comumente e tido como o mais forte e não aceita ser contrariado; já o alvo/autor ou vítima agressora são os que desenvolvem papel mútuo de agressor e vítima, e o indivíduo que transfere as agressões sofridas para um outro aparentemente mais frágil a ele; temos a vítima com sendo pouco sociável, sofre o ataque constantemente dos outros indivíduos ou de um determinado grupo, ao que parece explana características de um ser frágil diante das demais pessoas, é altamente sensível, tímido e com pouca autoestima; o observador/espectador é o ser que não se envolve de nenhuma forma aos atos de agressões realizados aos demais, caracterizando uma lei adotada pela maioria dos alunos, conhecida como a lei do silêncio, onde o receio e o medo de se tornar alvo dos agressores fala mais alto (Neto, 2011; Queiroz, 2017).

Independente de qual for a posição de cada indivíduo e das caracterizações dos envolvidos, percebe-se que quando não há uma mediação de forma efetiva em contraposição a essas agressões, a escola acaba se transfigurando em um ambiente contaminado. No qual todos os alunos são atingidos negativamente sem haver exceções, experimentando sentimentos de ansiedade e medo. Além de averiguar como os alunos se tornam agressores, vítimas ou observadores o que torna importante para que a escola e a família também possam elaborar formas de obter ações efetivas contra o bullying (Soares e Oliveira, 2019).

A Agressividade Presente na Infância e na Adolescência

Conforme os estudos de Bock, Furtado e Teixeira (1999), a agressividade associa-se com as ocupações do pensamento, imaginação ou de ação verbal ou não-verbal. Conseqüentemente, um indivíduo dito bondoso pode ter pensamentos altamente destrutivos, ou sua violência pode revelar-se pela ironia, pela negação de socorro. A agressividade não se retrata unicamente pela humilhação constrangimento ou destruição do outro, isto é, pelo exercício verbal ou físico sobre o mundo.

O crescimento da conduta agressiva entre os adolescentes segundo Silva (2010), é um dos fatores que mais afligem os pais e responsáveis que se ocupam com jovens. A violência que ocorre entre esses adolescentes pode ocorrer das mais diversas formas, desde pequenos desentendimentos verbais entre grupos ou indivíduos até brigas físicas, vinculadas na maioria das vezes por razões extremamente fúteis. É notável o abuso dos adolescentes que se consideram “poderosos” contra os mais fracos, eles intimidam e humilham de diferentes formas com comentários maldosos, difamações e intrigas.

Fante e Pedra (2008), ressaltam que vários fatores podem induzir as crianças e adolescentes a cometerem o bullying, dentre esses fatores temos: a carência de afeto, falta de imposição de limites, agressividade dos pais com os filhos e exploração violenta e emocional mostrada nos games e televisão.

O crescimento gradativo da violência na escola, vem reforçando a demanda do entendimento de conflitos gerados entre jovens, das quais a agressividade está vinculada a outras atitudes como a rejeição entre colegas, delinquência e fracasso escolar. Crianças violentas com nível social mais alto apresentam comportamentos indiferentes, distraído-se com facilidade (Levisky, 2001).

O bullying é uma prática consciente que tem propósito de atingir de maneira hostil, trazer medo através da ameaça e causar terror, a prática do bullying pode ser aleatória ou premeditada, sutil ou escancarada, em público ou as escondidas, pode ser identificada com facilidade ou dificilmente percebida. Além disso, o bullying pode marcar profundamente as pessoas que o sofrem, tendo danos irreversíveis. Pela carência de conhecimento da situação, torna-se difícil identificá-lo, acabando por ser confundido com um desentendimento entre alunos (Orique, Hammes e Moita, 2021).

Bullying: Formas de Manifestação

Segundo os estudos de Silva e Borges (2018), o bullying possui três formas de manifestação, sendo elas: a forma indireta, a forma direta e a psicológica. Forma indireta: ocorre com agressões verbais, sendo elas: apelidos pejorativos, acusações injustas, gozações,

brincadeiras maldosas e deste modo muitas crianças são excluídas do grupo social em que convivem não podendo mais participar das atividades de tal grupo como brincadeiras com seus integrantes.

Forma direta: essa forma de agressão ocorre quando a vítima tem seus pertences roubados ou, são agredidas fisicamente com chutes, murros, tapas, puxões de cabelo e empurrões.

Agressão psicológica: é o resultado das duas formas anteriores referidas, não se esquecendo do sofrimento das vítimas com as ridicularizações sofridas, com as intimidações e o próprio medo. Os resultados são devastadores para as vítimas, levando ao isolamento, depressão e em casos mais extremas à prática do suicídio.

No espaço escolar o bullying se manifesta de diversas formas, pois tudo vai depender do controle que a escola tem sobre os estudantes (Oliveira-Menegotto, Pasini e Levandowski, 2013; Silva e Borges, 2018).

Porém, é preciso levar em consideração que o recreio não é um espaço isolado sem nenhuma relação com os outros momentos da vida da criança. O bullying pode ocorrer em casa com os pais, ou no caminho da escola ou até mesmo por atitude autoritária dos profissionais de ensino nas escolas que faz com que a criança se sinta agredida. Todos esses fatores contribuirão para que a criança, por vingança, no horário do intervalo, longe da percepção dos professores, agrida um colega. Pode ocorrer também, quando uma criança é elogiada pelos professores em sala de aula e a outra criança por se sentir menosprezada, adote um comportamento agressivo. Enfim, são diversas as situações que podem estar relacionadas a atos agressivos. Desse modo, é necessário, para analisar as formas de manifestação do bullying, sempre levar em consideração tais possibilidades.

Causas do Bullying nas Escolas

Na adolescência, ocorrem muitas mudanças de caráter anatômico, fisiológico e emocional na vida dos jovens, com isso uma diversidade de ideias, pensamento que em

muitos casos são postos em práticas e tido como brincadeira, podem levar a uma das formas mais visíveis de violência, que é a violência juvenil, que ocorre na faixa etária de 10 a 21 anos, (Lopes-Neto, 2005). Alguns casos é até imperceptível pelos familiares, pois nesse período do desenvolvimento seria imprescindível que o jovem vivesse em um ambiente confortável, seguro e de muita proteção.

O adolescente sente-se ameaçado pelas grandes alterações que acontecem no seu corpo, que não controlam, na relação com os pais, em que os conflitos de dependência e autonomia são constantes, nos medos que sentem em relação às suas habilidades sociais, escolares em relação a outros jovens (Brito, 2011). Isso se encaminha para vários problemas de cunho emocional, que podem deixar o adolescente frágil e vulnerável ou mesmo com “o ar de mais forte” quando esses usam esses conflitos de forma defensiva acarretando outros problemas de ordem social.

O bullying pode ser um desses problemas, pois sua origem pode ter diversos motivos entre eles o fato de crianças ou adolescentes estar expostos a exemplos violentos e maus tratos parentais, à educação passiva, sem imposição de limites, e à falta do exemplo familiar em como respeitar o próximo, respeitar os animais entre outros (Pigozi e Machado, 2015). Nesta ótica, consegue-se verificar uma das causas do bullying se concentra na base de conflitos familiares, uma vez que os jovens têm desentendimentos nas suas casas, esses conflitos muitas vezes são transformados em sentimentos de ódio e desprezo, os quais são repassados na escola em forma de bullying escolar. Portanto, a família de como já ressaltado deve ser articulada com a escola.

Em outros casos ele pode estar associado à autoestima dos adolescentes e que afeta diferentemente meninos e meninas em seus distintos papéis como vítima, agressor e vítima/agressor (Brito e Oliveira, 2013). Os adolescentes podem estar envolvidos no bullying de várias formas: vítima (alvo), agressor (autor) ou vítima/agressor (alvo/autor). As vítimas normalmente não reagem às agressões, são mais inseguras, temem a rejeição e têm poucos amigos. Quando reagem às agressões, são consideradas vítimas/agressoras e costumam ter baixa autoestima, atitudes mais provocativas e agressivas e mostram-se menos populares que as vítimas típicas. Os agressores são descritos como líderes de gru-

pos, populares, que demonstram insatisfação com a escola, têm opinião negativa e tendem a provocar seus colegas (Pigozi e Machado, 2015).

Todos esses “atores” vem para essa história com uma bagagem emocional que o faz agir dessa forma e saem com sequelas muitas vezes irreparáveis. E, hoje ainda temos mais um componente na formação das identidades e estruturação psíquica dos nossos jovens, além da escola e da família que deveriam ser os principais, a internet e redes sociais vem tomando espaços, antes restritos somente a família, e concorre para estabelecer novos valores e parâmetros de convivência, de relações e propagação de poder e formação de identidades, sejam patológicas ou não (Azevedo; Miranda e Souza, 2012), trazendo prejuízos na conduta de muitos adolescentes.

Com a chegada das tecnologias, e a expansão da internet nos últimos anos também houve a modernização das formas de cometer o bullying. Agora chamado de bullying virtual ou cyberbullying, os agressores se sentem “protegidos” visto que não necessitam mostrar o rosto. O cyberbullying acontece geralmente, através do envio de e-mails, mensagens de texto, divulgação de fotos e vídeos ofensivos, manipulação de imagens, insultos em salas de bate papo ou em redes sociais, que podem ser anônimos e atingir um público infinito de expectadores em pouco tempo (Shariff, 2011; Azevedo, Miranda e Souza, 2012). Essa nova modalidade ganha mais facilidade de permanência, visto que o material usado se dissemina nas redes muito rapidamente, assim sendo de mais difícil controle. Em uma pesquisa realizada por Firmino *et al.* (2021), verificou-se que 37,1% dos discentes de uma instituição de ensino já foram ameaçados através de mensagens de texto, apesar do número de discentes que relataram já terem recebido ameaças e insultos por mensagens ser menor, ainda é um número alarmante dentro de um ambiente escolar. Com o surgimento dos ciberespaços e o aumento da tecnologia, popularidade da Internet dentro das salas de aula com o aparecimento das redes sociais blog e principalmente as de Comunicação, apoiadas na repercussão das redes sociais, fez surgir uma nova forma de agressão e ameaça entre alunos, que usam os aparelhos eletrônicos como arma de constrangimento contra seus próprios colegas (Azevedo; Miranda e Souza, 2012). A partir desses fatos fica a pergunta como as escolas poderiam proceder para o enfrentamento desse tipo de situação visto que

esses fatos ultrapassam os muros das escolas? Somente com pesquisas, estudos aprofundados sobre esses casos, que as instituições de ensino poderiam construir estratégias que limitem esse tipo de violência entre os jovens.

A pesquisa supracitada foi realizada com professores, diretores e coordenadores e revelou dilemas vividos por eles em todo o país, que dão destaque para o bullying e o cyberbullying que aparecem como uma das práticas mais cruéis das salas de aula (Firmino *et al.*, 2021). Segundo Malta *et al.* (2010), um estudo realizado com 60.973 escolares nas 26 capitais brasileiras e do Distrito Federal, 5,4% dos estudantes relataram sempre terem sofrido bullying no ambiente escolar, 25,4% raramente sofrer e 69,2% não foram vítimas de bullying, condizendo com o estudo de Lopes-Neto (2005). Enquanto em Brito e Oliveira (2013), observou-se que 67,4% dos 237 escolares estavam envolvidos com o bullying, ao presenciar ou sofrer, e que 48,5% relataram ser vítimas, nos mostrando que esses números variam de região para região, que não podemos generalizar ao planejar estratégia para o combate ao problema, visto que os fatores que podem estar causando esse bullying em grande prevalência podem ser diferentes.

No estudo de Firmino *et al.* (2021), realizado no instituto federal do Amapá, campus Macapá, observou-se que cerca de 80% alunos já sofreram com apelidos pejorativos e cerca de 37,1% relataram que já sofreram agressões verbais, 22,9% agressão física na escola, mostrando a presença do bullying de forma discreta, porém com um aumento crescente a cada estudo. Apelidos podem parecer uma brincadeira simples, mas ainda é a principal forma de agressão entre os estudantes que podem ocasionar consequências psicológicas nos discentes que são expostos a essa prática por tempo prolongado.

Correlacionando o gênero com o bullying, verifica-se que também ocorre influências na forma e nos índices de prevalência de casos em outros estados do Brasil, visto que a diferença cultural na formação e desenvolvimento de meninos e meninas pode estar sustentando tais comportamentos (Pigozi e Machado, 2015). Meninos são atravessados desde sua infância até a vida adulta por tendências agressivas no comportamento, fortalecidas por uma sociedade machista que os encoraja a ter atitudes hostis com seus pares, levando a competições e alcance de objetivos, já as interações das meninas tendem a ser

mais influenciadas pela afetividade, pelos laços de amizade, pelas emoções e sentimentos (Brito e Oliveira, 2013).

Com isso verifica-se a importância de estudos mais específicos que possam auxiliar na política de intervenção dos casos de bullying nos estados e municípios. Essa prevalência em relação ao bullying escolar apresenta indícios de que devido à falta de estudo e pesquisa sobre o objeto de estudo bullying têm dado brecha para que esse tipo de violência venha ocorrendo.

Sequelas do Bullying na Saúde Mental dos Adolescentes

Atualmente existem diversos estudos nacionais e internacionais que salientam as sequelas acarretadas pelo bullying a curto e longo tempo na vida das crianças e adolescentes que vivenciam esta situação, intervindo no processo de ensino-aprendizagem, à saúde e à qualidade de vida das vítimas, agressores e testemunhas, contribui para que seja visto como um problema de saúde pública (Kukaswadia *et al.*, 2012; Sampaio *et al.*, 2015; Lereva *et al.*, 2015; Leite *et al.*, 2020).

A longo período, são mais propensos a sofrer de bloqueios psicológicos (Lopes Neto, 2005), e de perturbações mentais durante a vida adulta tendem a ter maior dificuldade de se relacionar com os outros e péssima autoestima (Zequinão *et al.*, 2016). O suicídio é uma das consequências mais preocupante, pois segundo Silva (2021) a concepção suicida ocorre com mais frequência na idade escolar e na adolescência, as tentativas, porém são mais raras em crianças devido à dificuldade de encontrar meios letais para executar o ato, e, por terem ainda uma imaturidade cognitiva.

Além disso, é importante ressaltar que, embora as condições crônicas de saúde relacionada ao bullying possam demorar algum tempo para se manifestar as consequências sociais, como solidão, exclusão social, baixo desempenho escolar, faltas repetidamente às aulas, evasão, entre outras, apresentam ocorrência imediata e impactam negativamente na qualidade de vida e na formação dos estudantes (Leite *et al.*, 2020).

Segundo Silva e Oliveira (2019) e Leite *et al.*, (2020) a depressão, baixa autoestima, ideação e tentativas de suicídio foram os danos relacionados ao bullying que mais apareceram em seus estudos, o que implica dizer que o bullying está associado à autoestima dos adolescentes, e que a depressão e suicídio são fatores que contribuem significativamente para o crescimento de doenças e de mortalidade entre os jovens.

O quadro 1 apresenta as principais doenças geradas pela prática do bullying, segundo Lins (2010), relacionadas e descritas abaixo, conforme segue:

Quadro 1 - Doenças geradas pela prática do bullying.

Doenças provenientes do bullying	Sintomas
Sintomas Psicossomáticos	Dificuldades de concentração, náuseas, diarreia, cefaleia, cansaço crônico, insônia, sudorese, tonturas, boca seca, palpitações, alergias, crises de asma, tensão muscular etc.
Transtorno do Pânico	Causa medo intenso, infundado ou sem motivo aparente, gera grande ansiedade, além de vários sintomas físicos.
Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG)	A pessoa acometida passa a se preocupar com tudo, vive e age sempre com pressa, tem a impressão de que algo de errado ou de mal irá acontecer, geralmente sente insônia e irritação constante.
Depressão	Doença grave que abala o humor, os pensamentos e a saúde em geral. A pessoa tem seu comportamento afetado, apresenta constante sensação de tristeza, fraqueza frequente de insatisfação com a vida.
Fobia Social ou Transtorno de Ansiedade Social (TAS)	Conhecida por um tipo de timidez patológica. A pessoa teme se tornar o centro das atenções, não tolera ser julgado e avaliado, pode ficar gago e tem frequentes quadros de “brancos”, quando tenta se comunicar.
Fobia Escolar	Gera medo intenso de frequentar a escola, causando frequentes faltas, dificuldades de aprendizagem e evasão escolar.

Fonte: Lins, 2010, p.11, adaptado pela autora, 2022.

De acordo com Lins (2010, p,11), apesar das drásticas consequências, as inúmeras vítimas do bullying conseguem transformar as dificuldades sofridas, ou seja, muitas delas superam suas dores, sofrimentos e mágoas. E alguns conseguem fazer uma nova história e ser alguém de respeito e sucesso, apesar de todas as mazelas enfrentadas. Porém, não se pode ignorar os enormes danos causados pela prática do bullying, conforme evidenciado o quadro 1.

Destarte, é importante elucidar que o bullying tem efeitos cruéis à saúde mental e a vida acadêmica dos estudantes, e que não é “frescura” de quem vivencia esse tipo de situação. É necessário dar mais atenção por parte da comunidade escolar juntamente com o governo e pais, propondo ações investigativas e preventivas para combater esse subtipo de violência no âmbito escolar.

O Papel da Escola e Família no Desafio ao Combate ao Bullying

A escola é tipicamente entendida como sendo um espaço de aprendizado, avaliando o desenvolvimento do aprendizado dos alunos baseando-se em notas de avaliações e no cumprimento de suas obrigações acadêmicas.

Dentre as atribuições exercidas pelos estudantes está o fato de ser incentivado a competir e estar sempre contrastando os parâmetros pré-estabelecidos juntamente com o modelo que é apresentado na escola, que na grande maioria são modelos de cunho competitivos e capitalistas. Certos modelos pedagógicos retratam de forma mascarada fatores culturais que de certa forma podem facilitar a prática do bullying (Oliveira, 2015).

Três documentos legais de abrangências nacional e internacional amparam a escola como solução ao problema do bullying, cita-se a Constituição Federal do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas que alicerçam o domínio relacionado ao desenvolvimento e educação das crianças e adolescentes. É concordante que todos esses documentos preveem direitos ao respeito e dignidade, sendo a educação compreendida como uma provedora da promoção e do seu exercício da cidadania (Zequinão *et al.*, 2016).

Para Soares e Oliveira (2019), alguns princípios determinam o direcionamento do caráter humano desde sua infância. Onde a escola e a família são pilares essenciais na estruturação dos valores e por decorrência a formação da personalidade do educando. Cury (2003) ressalta que o diálogo é uma ferramenta educacional insubstituível, no qual deve haver a existência da autoridade nas relações de pai-filho e professor-aluno podendo ter a verdadeira autoridade por meio da inteligência e amor.

Outra atitude notada é a dos pais, que devem ser exemplos de boas atitudes e partilhar da vida social e escolar dos filhos, pois onde há uma família tranquila há também filhos tranquilos (Chalita, 2008).

Os feitos de agressões e/ou assédio escolar constituem ações ilícitas, pois não estão autorizados pelo ordenamento jurídico e desestimem os fundamentos constitucionais e o código civil, que indica e estabelece ao todo ato ilícito que tenha como consequências os danos alheios cabem a este o dever de indenizar. É apropriado a escola, que possui práticas de assédios escolar a responsabilidade de se enquadrar ao código de defesa do consumidor, uma vez que a escola é uma instituição prestadora de serviços ao consumidor e são responsáveis pelos atos de assédio escolar.

Em concordância com Soares e Oliveira (2019) evidencia-se que todos devem estar compromissados de que o bullying não será mais uma situação tolerada, e as táticas para essa atenuação devem ser determinadas em cada instituição de ensino, observando-se os aspectos da comunidade da qual está inserida, o fomento aos alunos, abrindo espaço para a contribuição em decisões e no progresso de projetos é uma garantia em obter sucesso.

O professor possui a capacidade de atuar na prevenção e resolução dos problemas que ocorrem no meio educacional. A conduta dos alunos sob um olhar mais crítico deve ser o primeiro passo, dentro do espaço escolar é possível identificar se existe a deficiência específica no rendimento do aluno. Por meio do incentivo a solidariedade, a generosidade e o respeito as várias diferenças, por meio de conversas, trabalhos sócio didáticos e palestras de conscientização que incentivem a paz e a tolerância ao diferente (Zequinão *et al.*, 2016).

As ações que visam a conscientização dos profissionais que fazem parte do corpo escolar e dos pais e responsáveis em relação do problema é uma das estratégias que usufrui de maior eficácia e com resultados satisfatórios (Chalita, 2008). Faz parte do pensar a rejeição a qualquer tipo de discriminação, levando a prática preconceituosa de qual for o gênero a negar de modo radical a democracia (Freire, 1997).

Devido à complexidade deste problema e as implicações que vem dessa forma de agressão, relacionadas ao espaço educativo e sobretudo aos alunos que nele estão inseridos. A ligação da escola com a família tem um papel ligeiramente importante na missão de proporcionar aos educandos um ambiente harmônico, operando de modo direto na construção de indivíduos com personalidades e com alta estima elevada, visto que desta formação

indivíduos que se amam, que se protegem, se acolham, se respeitem e se fazem respeitar, são convictas de suas decisões e possuem o reconhecimento dos seus valores e virtudes, e assume as suas limitações.

TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PREVENÇÃO DO BULLYING NO SISTEMA EDUCACIONAL

Este capítulo tem como objetivo analisar a trajetória das políticas públicas sobre o combate e a prevenção do bullying no sistema educacional a nível nacional e a nível estadual, partindo das referências históricas constituídas pelos marcos regulatórios oficiais. Trata-se de uma reflexão sobre o contexto no qual se desenvolveram essas políticas, a fim de que se possa compreender os dilemas que englobam o combate do bullying.

Políticas Públicas: Concepções e Perspectivas

Nesta seção, será efetuada a trajetória das políticas públicas para o combate do bullying no âmbito educacional no Brasil, buscando explicitar as suas concepções e perspectivas no que tange à materialização dessas políticas em articulação entre o cenário nacional e as políticas desenvolvidas no estado do Amapá.

Entende-se que a análise sobre políticas públicas pressupõe reflexões sobre a configuração e a função do Estado dentro da dinâmica do sistema capitalista. Partir-se-á da concepção de marxista de Estado para problematizar as suas contradições em relação ao modelo de Estado capitalista, o que, Segundo Marx e Engels (1982), atrela-se aos interesses da classe dominante.

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade destacada de sua base real na vontade livre. Da mesma forma, o direito é reduzido novamente a lei (Marx e Engels, 1982, p. 98).

Na concepção explicitada nesse fragmento do pensamento de Marx e Engels (1982), destaca-se a ideia de que o Estado funciona como instrumento para atender os interesses da classe dominante. Partindo dessa compreensão, pode-se entender que as ações do Estado guardam, em si, a necessidade dos interesses da classe dominante e, contraditoriamente, no interior das lutas políticas estabelecidas na sociedade civil, opera-se um complexo e contraditório processo de construção ideológica de que a sua ação busca o atendimento da vontade coletiva da sociedade civil.

Contextualizada nessa concepção, pode-se entender a análise das políticas públicas como o campo do conhecimento que busca problematizar esse processo contraditório. Segundo Souza (2006), esse campo teórico constitui-se como um “campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (Souza, 2006, p. 26). Continua afirmando que: “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (Souza, 2006, p. 26).

Nesse sentido, para aprofundar essa compreensão no campo teórico das políticas públicas, Muller e Surel (2002) problematizam a interveniência de diversos atores nesse processo de formulação e realização de uma política pública.

Como se vê, todas essas decisões e ações constituem um conjunto extremamente heteróclito que põe em jogo numerosos atores pertencentes a múltiplas organizações, públicas ou privadas, e que intervêm em diversos níveis. A questão que se coloca, então, é a de coerência destes diferentes elementos. Com efeito, se é quase certo que uma medida isolada não constitui uma política pública, o que acontece quando se está diante de um conjunto de medidas sem ligação aparente entre elas? (Muller e Surel, 2002, p. 14).

Não constitui tarefa fácil pensar sobre essa problematização apresentada por Muller e Surel (2002, p.21), considerando as especificidades dos sujeitos que planejam e executam determinada política, sejam eles individuais ou coletivos.

Explicita-se, nesse ponto, uma complexidade na análise das políticas públicas. Ainda se fundamentando em Muller e Surel (2002, p. 16), pode-se realizar os seguintes questionamentos:

Quem define as normas da ação pública: é o governo, os partidos, os eleitores[...]? Qualquer que seja a resposta, está claro, em todos os casos que analisar a ação do Estado não consiste, simplesmente, em se estudá-lo como aparelho político administrativo (Muller e Surel, 2002, p. 16).

Parte-se, aqui, da compreensão de que as políticas públicas não são apenas processos políticos e administrativos. As mesmas não podem ser entendidas de forma meramente técnica ou neutra, desconectada de um complexo e contraditório processo que passa pelas esferas pública e privada, inerentes ao jogo de poder político-ideológico na arena do estado de direito democrático capitalista.

[...] mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. Nesse caso pode-se dizer que o Estado se apresenta, diante das políticas públicas, como um agente de organização e de institucionalização (no sentido de estabelecimento de normas, regras, valores) de decisões originadas do debate público entre os diversos agentes (representantes sociais) a partir de demandas (necessidades) ou interesses restritos (Bonetti, 2011, p. 17-8).

Bonetti (2011) explicita que as “políticas” são resultantes do “jogo de forças” econômicas e políticas que implicam no direcionamento das ações estatais na sociedade. Por isso, faz-se necessário a argumentação referente ao Estado Brasileiro, tanto que se refere à sua origem e atuação contraditória na sociedade capitalista. Como ponto de partida para entender a origem do Estado no Brasil, tem-se a definição de Coutinho (2006):

Diante dessa crise, surgem duas propostas de redefinição do Estado. Por um lado, temos o que chamei de proposta liberal-corporativa, representativa dos interesses

da burguesia, que consiste em dismantelar o pouco que há de público nesse Estado em crise e, como consequência, confiar ao mercado a regulação dos problemas sociais e econômicos. Trata-se, nesse caso, do aberto predomínio do privado sobre o público, um predomínio ainda maior do que aquele vigente no velho tipo de Estado 'varguista'.

Por outro lado, temos uma proposta democrática, que representa os interesses das classes subalternas, centrada na reconstrução ou redefinição do espaço público; nesse novo espaço, o Estado certamente terá um lugar privilegiado, mas a dimensão do público deverá também incluir os organismos da sociedade civil, o que implica aumentar os mecanismos de participação, de socialização da política, lutando por construir os meios e os caminhos pelos quais o aprofundamento da democracia nos conduza não apenas a um novo modelo de Estado, mas também a uma sociedade de novo tipo, à sociedade socialista, única capaz de garantir as condições de um efetivo predomínio do interesse público na esfera da vida social e política (Coutinho, 2006, p. 195-196).

Nesse sentido, faz-se necessário entender que, no Brasil, segundo Coutinho (2006), a origem do Estado deriva de um contexto econômico, social e político que produziu um modelo estatal conservador e centralizador, subjugado à lógica do poder econômico do capital, considerando a fragilidade da sociedade civil.

Muitos dos traços dessa formação estatal brasileira ora em crise têm raízes já no início da nossa história. Isso significa que o Brasil se caracterizou até recentemente pela presença de um Estado extremamente forte, autoritário, em contraposição a uma sociedade civil débil, primitiva, amorfa (Coutinho, 2006, p. 173).

A configuração de Estado adotada por determinado governo implica no formato das políticas públicas. Seguindo reflexão de Höfling (2001), fundamentada em Claus Offe e Milton Friedman, pode-se analisar a formulação, execução e avaliação de políticas públicas sobre duas perspectiva e/ou tradição: tradição neoliberal e tradição marxista.

A tradição marxista desdobra-se num amplo espectro de tendências e mesmo teorias – aliás coerente com seus pressupostos referentes à construção histórica de conceitos. Enraizadas nas clássicas formulações de Marx em relação ao Estado e às ações estatais – as quais estariam, em última instância, voltadas para garantir a produção e reprodução de condições favoráveis à acumulação do capital e ao desenvolvimento do capitalismo –, outras se desdobram na análise da complexa questão da autonomia e possibilidade de ação do Estado capitalista frente às reivindicações e demandas dos trabalhadores e dos setores não beneficiados pelo desenvolvimento capitalista (Höfling, 2001, p. 32).

Nesse espectro de tendências sobre análise das ações do Estado no sentido da reprodução do capital ou atendimento das demandas nos trabalhadores, explicitam-se as formas contraditórias dessas ações na sociedade capitalista, onde o Estado, por meio de estratégia político-ideológica, tenta camuflar como populares, ou seja, como se fossem de interesses dos trabalhadores, ações que, essencialmente, atendem interesses do capital.

Em um Estado de inspiração neoliberal as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do progresso social. Tais ações não têm o poder – e frequentemente, não se propõem a – de alterar as relações estabelecidas na sociedade (Höfling, 2001, p. 39).

No Brasil, no período posterior à década de 1990, os governos que assumiram o Estado adotaram políticas públicas de cunho neoliberal, seguindo forte influência de organismo internacionais, como o Banco Mundial, FMI e BIRD.

Essa concepção de Estado produziu impactos no processo de desmonte da estrutura pública, na retirada de direitos, em parcerias público-privadas, em privatizações etc. Passaram-se a implementar políticas de ajustes fiscais, que produziram cortes nos orçamentos das políticas públicas, principalmente para a área da educação, o que provocou a dificuldade de ampliação e melhoria da educação em todos os níveis de ensino. Nesse sentido, a responsabilização individual do sujeito por seu fracasso no campo da educação e do trabalho constituiu-se como uma estratégia política e ideológica para diminuir as pressões sobre os governos.

Pensando em política educacional, ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma alteração da função política deste setor. Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação (Höfling, 2001, p. 39).

Seguindo essa perspectiva, entende-se que as políticas públicas são princípios ou propostas de ações de intervenção, objetivando mudar ou manter determinada realidade, considerando que algumas políticas buscam apenas a manutenção do contexto estabelecido.

Trata-se, portanto, de uma série de critérios, princípios e legislações emanada da estrutura estatal, objetivando intervenção na realidade para ordenamento, regulação, proibição, planejamento, superação e diminuição de problemas coletivos da sociedade.

Legislação Brasileira e Propostas Governamentais de Combate ao Bullying

Em 06 de novembro de 2015, a República Federativa do Brasil sanciona a Lei nº 13.185, que estabelece o programa de combate ao bullying, definindo-o como intimidação sistemática, conforme abaixo:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional. § 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (Brasil, 2015).

Entretanto, na Constituição Federal de 1988(CF/88), no Título I – dos princípios fundamentais o Art. 1º traz que a República Federativa do Brasil, constitui-se em Estado democrático de direito, tendo como fundamentos, no inciso “III – a dignidade da pessoa humana.” (Brasil, 2008, p. 13). No Art. 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 2008, p. 136). E, no Art. 227, que traz a seguinte redação:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 2008, p. 144).

Nos artigos 205 e 227 podemos notar que a educação e a proteção da criança e do adolescente já estão plenamente garantidas. Consequentemente, as leis subsequentes (8.069/1990 e 9.394/1996) deveriam servir apenas para regularizar como isso deveria ser posto em prática. Todavia, a tardança da lei no Brasil enfraquece essa dinâmica.

Desde 1988 que há um dispositivo legal para o cuidado com a criança e adolescente e, em 1993, Dan Olweus já havia caracterizado um tipo de violência que acontecia na escola, como bullying, para que não houvesse outras interpretações ou que o conflito se

igualasse a imprevistos e/ou a brincadeiras que são próprias da idade e que fazem parte do processo de desenvolvimento da criança e do adolescente.

No entanto, somente em 2015 o Brasil legisla em causa dessa violência a que as crianças e adolescentes estão expostos no ambiente escolar –a Lei n. 13.185/15 que caracteriza e classifica, nos artigos 1º, 2º e 3º, o que é o bullying.

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (bullying) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda: I - ataques físicos; II-insultos pessoais; III -comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; V -grafites depreciativos; VI -expressões preconceituosas; VII - isolamento social consciente e premeditado; Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (cyberbullying), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial (Brasil, 2015).

A violência na escola não é algo novo. Contudo, uma nova modalidade de violência que atinge também a escola, pois não se limita ao espaço escolar, é o cyberbullying. Esta modalidade se utiliza da rede mundial de computadores –a internet –para disseminar todo tipo de ataque pejorativo e depreciativo a uma pessoa que se quer intimidar ou criticar, diminuir a pessoa enquanto ser social, econômico, físico (aparência), intelectual. Quanto à classificação, a Lei, no artigo 3º aponta os tipos de ataques disferidos contra a vítima, no intuito de atingi-la nos mais variados aspectos.

Art. 3º A intimidação sistemática (bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: I -verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente; II -moral: difamar, caluniar, disseminar rumores; III -sexual: assediar, induzir e/ou abusar; IV - social: ignorar, isolar e excluir; V -psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar; VI -físico: socar, chutar, bater; VIII -virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social (Brasil, 2015).

Quanto aos objetivos do Programa de Combate ao Bullying, dispostos no artigo 4º, destaca-se o estudo empreendido por Alliprandini e Sodré (2014), apontados por Dias, Santos e Silva (2021) no qual 53 trabalhos analisados na base de dados da Capes e do SciElo entre 2000 e 2011, onde a maioria buscava diagnosticar e/ou caracterizar, mas havia poucos trabalhos que buscavam intervir e/ou prevenir o bullying. Alliprandini e Sodré (2014) concluem que no trato do fenômeno bullying,   preciso intervir para que se reduza a incidência. Isso   o que se pode inferir dos objetivos do Programa de Combate ao Bullying, conforme abaixo.

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no caput do art. 1º: I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (bullying) em toda a sociedade; II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema; V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores; VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo; IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (bullying), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar (Brasil, 2015).

A Lei n. 13.185/15 contribuiu para que o bullying:

(...) no contexto escolar –deixasse de ser uma violência encoberta, desacreditada e negligenciada, trazendo respaldo às vítimas e a todos os envolvidos e fazendo com que as instituições de ensino pensem em medidas tanto preventivas quanto de contenção (Zafani, 2021, p. 62).

Uma nova lei foi promulgada sobre o bullying em 2018 - a Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018, que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa lei altera o inciso IX que passa a vigorar com a seguinte redação: “promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas;” e inclui o inciso “X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas.” Nada de novo, ao contrário, o inciso, na Lei 13.185/15 é mais inclusivo.

Em seus estudos Zafani (2021) observa que a letra da Lei n.13.185/15 é vaga, ampla e abrangente, ao manifestar que cabe ao Ministério da Educação, às Secretarias de Educação e outros órgãos tratar do combate ao bullying, pois não fica claro de quem é a responsabilidade, nem quais ações cada ente federado deve propor, como diagnóstico, desenho e estratégias de implementação, suporte etc. Todavia, a referida Lei é um marco temporal e norteador para que se crie e implemente políticas públicas voltadas para o combate ao bullying.

Perante os estudos de Zafani (2021), são destacados 8 projetos das secretarias dos Estados: Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Roraima, Santa Catarina e Tocantins, que foram implementados a partir de fevereiro de 2016 (quando a lei entrou em vigor). Alguns desses Estados já tinham leis anti bullying aprovadas como é o caso do Maranhão (2010, p.75), que: “[...] recomenda às instituições de ensino pública

e particular do estado do Maranhão incluir em seu projeto pedagógico medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao bullying escolar, além de desenvolvimento de atividades promotoras da cultura de paz nas escolas”. Paraíba (2011, p.79): “[...] a Lei nº 9.509/2011, que institui o Dia e a Semana Estadual da Prevenção e Combate ao Bullying, e a Lei nº 9.858/2012, que dispõe sobre penalidades às escolas públicas e privadas do Estado quando verificada a prática do bullying, [...]. Santa Catarina criou em 12 de janeiro de 2009 a Lei Nº 14.651, que dispõe sobre o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas, ficando sob o poder Executivo a autorização para a instituição do programa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) elege a escola como possuidora de papel de comprometimento com o desenvolvimento do educando em todas as esferas de valores, cooperando assim para a formação integral do ser, considerando as suas multiplicidades e a visão heterogênea. Segundo Carneiro (2015, p. 21), a LDB 9.394/96 “[...] é o fio condutor do ordenamento jurídico nacional da educação escolar [...]”. Ao discorrer sobre a história das LDB, destaca que:

A Constituição de 1988 significou a reconquista da cidadania sem medo. Nela, a Educação ganhou lugar de altíssima relevância. O país inteiro despertou para esta causa comum. As emendas populares calçaram a ideia de educação como direito de todos (direito social) e, portanto, deveria ser universal, gratuita, democrática, comunitária e de elevado padrão de qualidade (Carneiro, 2015, p. 33).

De acordo com o disposto acima, o bullying não deveria existir na escola, pois quando a CF/88 traz a educação como relevante e como direito social, a proteção à criança deveria estar assegurada nesse espaço. Se o estado brasileiro garante a dignidade da pessoa humana e institui que seu dever juntamente com a sociedade e a família é garantir uma educação de elevado padrão de qualidade, nota-se que todos estão falhando, quando se olha para as estatísticas de violência na escola.

As famílias falham em afetividade, o estado em políticas públicas e a sociedade no egoísmo individualista, criando, pois, crianças agressivas e submissas, cada uma de acordo com sua realidade vivida em casa.

Entretanto, existem escolas que fazem a diferença, no Maranhão a Escola Muni-

cipal Joana Lima de Macedo, criou o projeto “Bullying? #NaMinhaEscolaNão”, a ideia surgiu em 2021, após uma criança do 7º ano perguntar para escola se havia algum método antibullying, uma vez que sua amiga, vítima desse tipo de violência, estava chorando (Souza, 2022).

Em 2022, mais especificamente em 7 de abril (Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola), ocorreu o lançamento do projeto. Ele funciona com a utilização de um QR Code (figura 1) que encaminha o pai ou estudante para uma cartilha virtual com orientações sobre a definição de bullying e seus tipos. Na mesma página, é possível criar uma denúncia virtual simplesmente apertando o “botão antibullying” (Souza, 2022).

São projetos simples como esses que fazem toda a diferença para os alunos e escola, a partir disso a escola consegue mapear os casos e criar protocolos de enfrentamento e conscientização, já para os alunos o projeto proporciona uma segurança, pois a vítima sente alívio em expor a agressão de forma anônima.

Figura 1 - Adesivo distribuído na escola com o QR Code para a denúncia.



Fonte: Souza, Rafael, 2022.

Propostas Governamentais Antibullying no Estado do Amapá

O Amapá é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situado a nordeste da Região Norte, no Platô das Guianas. O seu território é de 142.828,521 km², o que o torna o 18º maior estado do Brasil. Segundo o IBGE (2018) o Amapá possui 829.494 mil habitantes e uma taxa de crescimento populacional de 2,02% entre 2017 e 2018, de acordo com a Projeção da População, possui 16 Municípios, é a única capital estadual brasileira que não possui interligação por rodovia a outras capitais. Além disso, é a única cortada pela linha do Equador e que se localiza no litoral do rio Amazonas.

Ainda que somente em 2015 o governo federal tenha sancionado a Lei nº 13.185, para instituir o Programa de Combate a Intimidação Sistemática (Bullying) em todo território nacional, no estado do Amapá a lei de combate ao bullying foi sancionada 5 anos antes, a Lei nº. 1.527, de 29 de dezembro de 2010 que Institui o Programa de Combate ao “bullying” nas escolas públicas e privadas do Estado que teve como autor o Deputado Leury Farias.

Apresenta-se aqui, trechos da Lei. Em seu Art. 1º, a Lei refere-se ao Programa; no Art. 2º, traz a caracterização da intimidação sistemática: quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

- I – praticar qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória;
- II - fazer comentários pejorativos em detrimento de outra pessoa; III - praticar ataques físicos; IV - fazer gráfitagens depreciativas referidas a outrem; V - usar expressões ameaçadoras e preconceituosas; VI - criar embaraços à utilização das dependências comuns escolares que caracterize o isolamento social; VII - praticar, induzir ou incitar, o preconceito ou a prática de qualquer conduta discriminatória que exclua o indivíduo; VIII - assediar, induzir e abusar sexualmente; IX - perseguir, dominar, tyrannizar, chatear, manipular, agredir, ferir, quebrar pertences (Amapá, 2010).

No seu Art. 5º a lei ressalta, que:

Art. 5º. Caberá à unidade escolar, a criação de uma equipe multidisciplinar, com a participação de docentes, alunos, pais e voluntários, para a promoção de atividades informativas, de orientação, prevenção e sanção interna (Amapá, 2010).

Posteriormente em 2014 deputada Roseli Matos apresentou o projeto de Lei nº

1839, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de educação básica do Estado do Amapá, e dá outras providências.

No Art. 3º tem-se os seguintes objetivos a serem atingidos:

I - Conscientizar a comunidade escolar sobre o conceito de bullying, sua abrangência e a necessidade de medidas de prevenção, diagnose e combate; II - Prevenir, diagnosticar e combater a prática do bullying nas escolas; III - Capacitar docentes, equipe pedagógica e servidores da escola para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema; IV - Orientar os envolvidos em situação de bullying, visando à recuperação da autoestima do desenvolvimento psicossocial e da convivência harmônica no ambiente escolar e social; V - Envolver a família no processo de construção da cultura de paz nas unidades escolares e perante a sociedade. VI - Evitar a prática de atos violentos, com a utilização de meios tecnológicos e ambientes virtuais.

Parágrafo único. Denomina-se cyberbullying o uso de instrumentos ou ferramentas da rede mundial de computadores, tais como MSN, Facebook, Twitter, Instagram, WhatsApp, dentre outros, com a finalidade de atingir a honra e a imagem de pessoa, de incitar a violência ou adulterar fotos, fatos e dados pessoais de outrem (Amapá, 2014).

Dissemelhante com o primeiro projeto de lei lançado em 2010, o projeto de 2014 expõe de forma específica que a escola deve incluir as medidas de prevenções na elaboração do projeto pedagógico, buscando atingir os objetivos descritos no Art. 3º. Até o momento está é a lei que está em vigor no estado.

Contudo além dos projetos de lei, ao longo dos anos o governo criou alguns programas com o objetivo de coibir a violência no espaço escolar, dentre esses programas temos o Programa Educação para a Paz (Epaz) que foi lançado em 2018, o programa busca incentivar a prevenção à violência nas escolas estaduais e garantir mais qualidade no ensino, melhorando os índices do aprendizado estudantil.

A iniciativa é oriunda de projeto de lei da deputada estadual Marília Góes, transformado na Lei Nº 2.282/2017, também busca logo alcançar as escolas das redes municipais de ensino, através do Regime de Colaboração (Colabora Educação) O Programa no ano de 2018 foi executado por 26 escolas Estaduais em Macapá e 24 no Município de Santana.

O Programa possui projetos que são trabalhados nas escolas conforme sua necessidade, são eles: Sistema Educapaz, onde será um sistema de armazenamento de dados relacionados a violência escolar, e o Projeto Escola Restaurativa, onde a uma formação para um grupo de profissionais da escola, e estes irão formar dentro da unidade escolar um grupo de mediação de conflitos e estes poderão ser de dentro e fora da escola, atendendo alunos, professores, pais e a comunidade escolar. Suas metas são fortalecer o currículo no desenvolvimento das competências sócias emocionais e intensificar o movimento de mobilização e articulação para a construção de uma cultura de paz nas escolas no Estado do Amapá.

O objetivo do Programa é promover a cultura de paz, prevenção da violência e à melhoria da convivência nas unidades educacionais, por meio de um conjunto articulado de ações, seus princípios são:

I – Promoção da vida, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; II - Valorização do diálogo e convívio entre gerações; III – dignidade da pessoa humana; IV – valorização e promoção da participação social e política como forma direta da promoção da cultura da paz; V – Desenvolvimento de formas, ações, programas e projetos que disseminem a cultura da paz no Estado do Amapá, próprios da SEED e ou em parceria; VI – reconhecimento dos estudantes como sujeitos de direitos universais e agentes construtores de uma sociedade mais livre, justa e solidária; VII – redução da marginalização e das desigualdades sociais como forma de prevenção à violência; VIII – respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva dos cidadãos como forma da promoção da tolerância e de enfrentamento à violência (Amapá, 2017).

Considerando os princípios descritos acima, pode-se perceber que o programa trata-se da prevenção de qualquer tipo de violência no ambiente escolar e não especificamente da violência relacionada ao bullying.

Além do Epaz, o Governo do Estado do Amapá (GEA) promoveu em novembro de 2018 o I Fórum da Juventude em Combate e Prevenção ao Suicídio, com o tema “*A gente tem muito que conquistar. Não dá para parar no caminho*”. O evento aconteceu no auditório da Universidade do Estado do Amapá (Ueap), e foi organizado pela Secretaria Extraordinária de Políticas para a Juventude (Sejuv).

Outras organizações também se manifestam no combate ao bullying, ainda em 2018 a escola SESI desenvolveu um projeto para combater o bullying e a depressão dentro

do ambiente escolar, o objetivo era proporcionar aos alunos do 7º ao 9º ano, oficinas de autoconhecimento, criação de texto e teatro, terapias de grupo e rodas de conversas.

Como pode-se observar que apesar da existência dos projetos de lei e do programa de prevenção a violência, ainda há casos de violência ou de bullying nas escolas amapaenses. Atualmente não há registros de eventos de combate ou prevenção, o Fórum da Juventude em Combate e Prevenção ao Suicídio teve somente uma edição, não sendo realizado nos anos seguintes.

Destarte, é importante que novos projetos de prevenção sejam implantados pelo governo, pois segundo Feizi (2003), as estratégias de enfrentamento da violência revelam que este enfoque pode ser repressivo, econômico ou implementação de uma Cultura de Paz. A proposta da análise neste formato, considerando a natureza das leis, vem justificada por compreender que a mera existência de uma legislação sobre bullying não é suficiente para impedir a prática discutida, pois a literalidade de uma norma pouco alcança o comportamento humano.

De igual modo, uma legislação meramente punitiva não se mostra capaz de modificar um cenário de violência, tendo em vista que ações com enfoque repressivo impõem medidas de força que favorecem a falsa impressão de solução do problema (Feizi, 2003).

Além disso, como referido por Pegoraro (2010), a punição decorre de uma força política e revela um cenário de dominação e poder entre quem a aplica e quem a ela está submetido, deixando de oferecer ao agente qualquer reflexão sobre o ato praticado. Ribeiro (2016) também afirma que modelos punitivos ou fiscalizadores não são alternativas eficazes para a prevenção do bullying.

Vale lembrar que as ações punitivas como castigos, suspensões ou exclusões devem ser evitadas, pois estas, além de marginalizarem os agressores, não oferecem meios para que sejam desenvolvidas condutas sociais saudáveis (Lopes Neto, 2005). Além disso, nos termos dos estudos de Moz e Zawadski (2007), as punições mostram-se ineficazes, pois os alunos agressores, ao longo do tempo, habitam-se às práticas punitivas, mostrando-se indiferentes ou as recebem como um desafio.

Por sua vez, entende-se que uma legislação educativa-preventiva mostra-se o meio mais adequado para evitar a continuidade da prática de bullying. Segundo Lopes Neto (2005), ações preventivas contínuas nas escolas mostram-se eficazes na prevenção e no enfrentamento da violência social.

Segundo Smith (2014), as tentativas de reduzir o bullying no ambiente escolar são multifacetadas: há ações preventivas baseadas nas relações interpessoais respeitadas; ações que englobam toda a escola; ações reativas, que ocorrem após as situações de bullying; ou ações relacionadas ao apoio entre pares, com aspectos reativos e proativos.

O pesquisador ressalta que os diferentes tipos de intervenção podem ser complementares. Os programas podem melhorar o clima e a segurança escolar, direcionar as motivações e atentar para alunos que possam praticar bullying, auxiliar as vítimas com estratégias de enfrentamento ou encorajar os observadores a auxiliarem as vítimas. De acordo com Frick (2010) para a prevenção e contenção do bullying, os projetos devem conter ações diversificadas, amplas, pensadas de acordo com cada realidade escolar e contínuas o que vai de acordo com o projeto de Lei nº 1839 proposto pela deputada Roselli Matos, onde as propostas de prevenção ao bullying devem estar presente no projeto pedagógico da escola, pois somente a coordenação pode saber da realidade vivenciada na escola.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

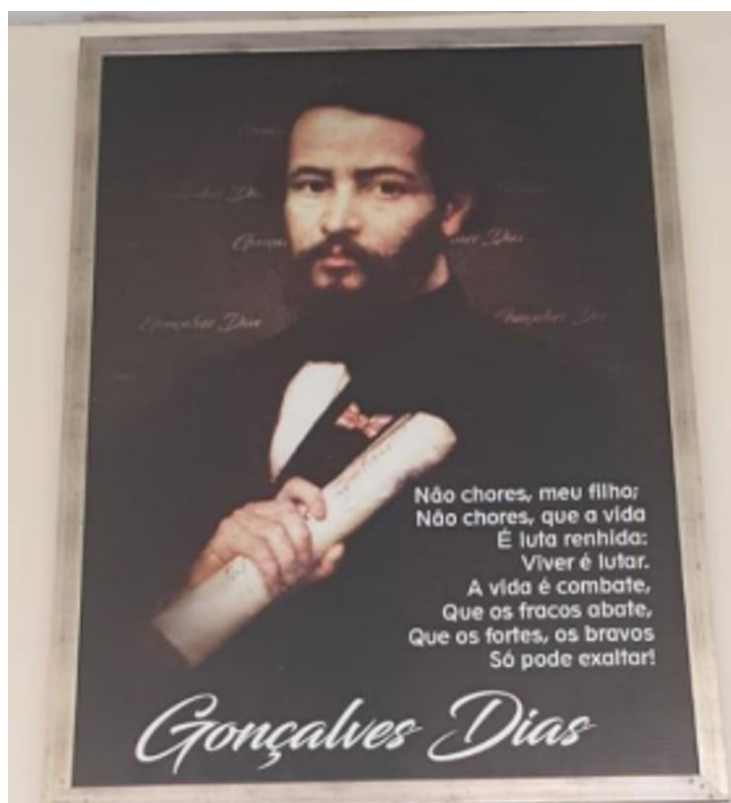
O bullying é uma problemática mundial (Craig *et al.*, 2009; Olweus, 2013), reconhecido como violência intencional e repetitiva, praticada por um ou mais educandos e destinada a outros, em uma relação de desigualdade de poder (Olweus, 2013; Smith, 2014). É complexa a definição e os termos utilizados para descrever o fenômeno bullying em cada idioma (Smith *et al.*, 1999; Smorti, Menesini, Smith, 2003), pois seu conceito deve contemplar três critérios fundamentais: repetição, intencionalidade e desigualdade de poder.

Diante disso, o objetivo deste capítulo é expor os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, com a caracterização da escola campo, conduzindo reflexões acerca dos resultados.

Caracterização da Escola Campo – Escola Estadual Gonçalves Dias

A escola Estadual Gonçalves Dias, recebeu esse nome em homenagem a um dos mais renomados poetas brasileiros, Antônio Gonçalves Dias (figura 2). Foi criada no dia 31 de março de 1973 com o nome de Grupo Escolar Gonçalves Dias, pelo Governador do Ex-Território Federal do Amapá, Comandante Artur Azevedo Henning, tendo iniciado suas atividades escolares no dia 15 de abril do mesmo ano. Sendo regularizadas suas instalações e funcionamento através do Parecer nº 53/76 – CETA.

Figura 2 - Quadro de Gonçalves Dias em exposição na escola.



Fonte: autora, 2022

Localizada na zona sul da cidade de Macapá/AP, no bairro Buritizal. Atualmente a escola (figura 3) oferece educação especial, ensino fundamental - anos finais 6º ao 9º e ensino médio, a escola atende aos bairros: Buritizal, Novo Buritizal, Muca, Congos, Universidade, Santa Rita, Zerão, Trem e Centro.

Figura 3 - Entrada da Escola Estadual Gonçalves Dias.



Fonte: autora, 2022.

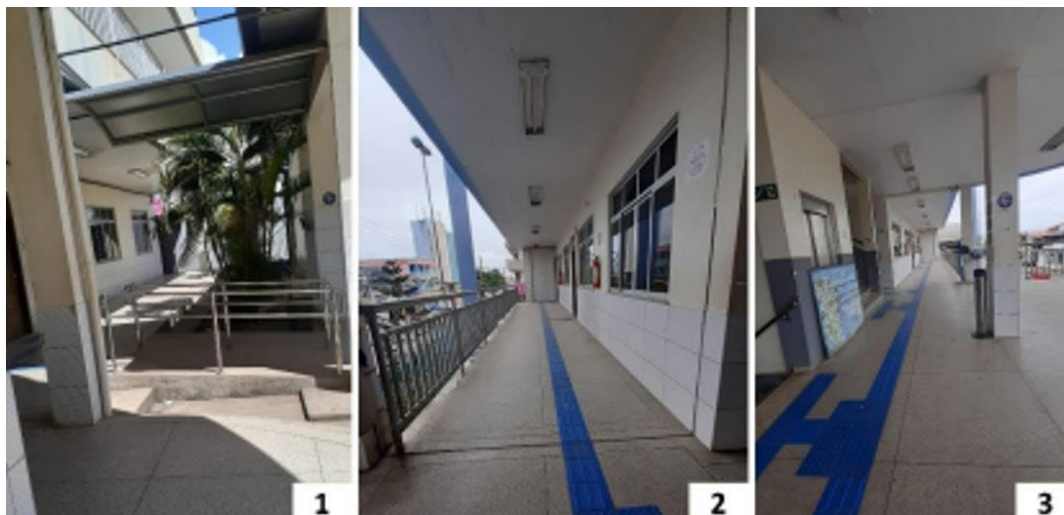
Em março de 2016 o Governo do Estado inaugurou o novo prédio da escola, fundada a 49 anos a escola atendia somente o ensino fundamental, com a construção do novo prédio foi possível aumentar o atendimento a comunidade, com isso a nova escola trouxe ambientes modernos, com tecnologia e infraestrutura padronizada.

A comunidade e os estudantes desfrutam de um prédio com três pavimentos, 16 salas de aula refrigeradas (somente 15 salas estão em funcionamento), quadra esportiva, auditório, laboratório de informática, salas do setor administrativo, cantina e área de recreação, além de pátio coberto, praça com bancos e um belo jardim ao redor. Após seis anos, ao entrar no prédio é possível perceber o compromisso da comunidade e dos estudantes em manter a escola em boas condições. A escola conta com 57 professores que atuam em sala de aula e atende em torno de 974 alunos nos dois turnos.

Procedimentos

Os procedimentos da pesquisa envolveram, inicialmente, entrevistas com a diretora e coordenação da escola. Nesta oportunidade, onde a natureza e os objetivos da pesquisa foram informados, reforçou-se algumas informações essenciais a respeito do funcionamento da escola, seus principais problemas, suas regras disciplinares, entre outras. Houve uma ótima recepção pela direção da escola em relação a essência da pesquisa. Desde o início, ficou evidenciado que a escola busca ser organizada. Na primeira visita realizada no turno da manhã, corroborou a competência dos professores e supervisores da escola, pois em todo o tempo que se esteve presente na área da escola (figura 4), não se avistou alunos fora das salas, ou tumulto nos corredores, o que certificou que a escola consegue ter controle sobre a circulação dos alunos pelos corredores durante o período das aulas.

Figura 4 – (1) corredor do andar térreo; (2) corredor do primeiro andar; (3) corredor do segundo andar.



Fonte: autora, 2022.

Para CEDAC (2013, p 43): Os corredores são um espaço escolar de que as pessoas podem se apropriar de maneira bastante afetiva. As pessoas fazem usos diferenciados dos corredores de uma escola, e é importante o diretor ficar atento ao que acontece neles (CEDAC 2013, p 43).

No primeiro contato formal com a direção da escola, ficou planejado que o processo ocorreria no período do dia 31/10 a 11/11/2022 no turno da Manhã. A primeira fase consistiu na aplicação do questionário para a coordenação e para os professores (Apêndice A).

A segunda fase foi a realização dos grupos focais (Apêndice B) com os alunos do 6º ao 9º ano. Nesta segunda fase a coordenação da escola ficou responsável pela escolha dos alunos que participariam do grupo, o diálogo foi gravado para que posteriormente fosse analisado. Para promover um diálogo mais organizado, unimos os alunos por ano. No total 30 alunos participaram da pesquisa.

Grupos Focais: Caracterização

Grupo Focal de acordo com Borges e Santos (2005) é uma dentre as várias modalidades disponíveis de entrevista grupal e/ou grupo de discussão. Os participantes dialogam sobre um tema particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate (Ressel *et al.*,

2008). Para Kind (2004) é uma forma de coleta de dados diretamente por meio da fala de um grupo, que relata suas experiências e percepções em torno de um tema.

Kind (2004) ressalta ainda que o grupo focal como um procedimento de coleta de dados é um instrumento no qual o pesquisador tem a possibilidade de ouvir vários sujeitos ao mesmo tempo. Logo, baseando-se nessas concepções organizamos os alunos que participariam do grupo focal por ano.

Para melhor descrever os resultados classificamos os grupos focais da seguinte forma: grupo focal A (alunos do 6º ano), grupo focal B (alunos do 7º ano), grupo focal C (alunos do 8º ano), grupo focal D (aluno do 9º ano). Quem escolheu os alunos para participar da pesquisa foi a coordenação da escola.

Grupo Focal A (Alunos do 6º Ano)

Compõem este grupo os alunos com idade média de 11 anos que cursam o 6º ano do ensino fundamental. Com um total de 10 alunos (5 meninas e 5 meninos) o grupo foi formado por 5 turmas, cada turma contribuiu com 2 alunos.

Grupo Focal B (Alunos do 7º Ano)

Compõem este grupo os alunos com idade média de 12 anos que cursam o 7º ano do ensino fundamental. Com um total de 8 alunos (4 meninas e 4 meninos) o grupo foi formado por 4 turmas, cada turma contribuiu com 2 alunos.

Grupo Focal C (Alunos do 8º Ano)

Compõem este grupo os alunos com idade média de 13 anos que cursam o 8º ano do ensino fundamental. Com um total de 6 alunos (3 meninas e 3 meninos) o grupo foi formado por 3 turmas, cada turma contribuiu com 2 alunos.

Grupo Focal D (Aluno do 9º Ano)

Compõem este grupo os alunos com idade média de 14 anos que cursam o 9º ano do ensino fundamental. Com um total de 6 alunos (3 meninas e 3 meninos) o grupo foi formado por 3 turmas, cada turma contribuiu com 2 alunos.

Grupos Focais: Análise

A análise do conteúdo obtido pelos grupos focais dividiu-se em três etapas: a) Pré-análise; b) exploração do material e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 2009).

No quadro 2, temos a descrição das reflexões dos alunos durante o diálogo estabelecido com os alunos. Percebeu-se, na ocasião, a dificuldade de garantir a participação de todos os presentes, bem como manter o foco das discussões em torno das questões centrais pretendidas, pois a maioria dos alunos são tímidos e possuem um certo receio de expressar suas opiniões. Vale ressaltar que pelo fato da maioria das respostas se repetirem, no quadro estão descritas somente as respostas relevantes.

Quadro 2 - Resposta dos alunos dos grupos focais.

QUESTIONAMENTO	GRUPO FOCAL A	GRUPO FOCAL B	GRUPO FOCAL C	GRUPO FOCAL D
Você sabe o que é bullying?	<i>"não"</i> <i>"não, não sei"</i> <i>"o bullying começa com apelido, ou algo assim"</i> <i>"Mais ou menos"</i>	<i>"não"</i>	<i>"Sim"</i> <i>"Sim"</i>	<i>"Sim"</i> <i>"Sim"</i>
Conhece as formas de manifestação desta agressão?	<i>"não"</i> <i>"apelidos desapropriados, chamar de gorda, essas coisas"</i>	<i>"não"</i>	<i>"Sim, brincadeiras maldosas que ofendem os colegas"</i> <i>"é um tipo de brincadeira, onde a pessoa gosta de humilhar a outra"</i>	<i>"tipo de agressão verbal ou físico"</i>
Você já sofreu algum tipo de bullying dentro ou fora do ambiente escolar?	<i>"nessa escola não"</i> <i>"não, sempre levo na brincadeira"</i> <i>"já sofri, bullying bem leve"</i> <i>"fora da escola, já"</i>	<i>"Já"</i> <i>"Não"</i> <i>"Já"</i> <i>"Sim, já"</i>	<i>"Sim, brincadeiras de mal gosto, agressões físicas e cyberbullying"</i> <i>"não"</i>	<i>"sim, por causa da minha sexualidade"</i> <i>"sim"</i> <i>"já sofri cyberbullying"</i>
Como você se sentiu?	<i>"Me senti mal"</i> <i>"não me abalei, tem gente que entra em estado de depressão por isso, mas eu não me importo"</i>	<i>"me senti mal"</i> <i>"Me senti muito mal"</i>	<i>"Me senti muito mal"</i>	<i>"Me senti horrível"</i> <i>"me senti derrotada"</i> <i>"me senti humilhada"</i> <i>"doeu muito"</i>
Você já presenciou algum colega sofrendo bullying?	<i>"sim, sim"</i> <i>"sim, já presenciei"</i>	<i>"Já, sim"</i>	<i>"Sim"</i> <i>"já, sim"</i>	<i>"Sim"</i>

QUESTIONAMENTO	GRUPO FOCAL A	GRUPO FOCAL B	GRUPO FOCAL C	GRUPO FOCAL D
Como você se sentiu?	<i>“me senti mal” “fiquei com muita pena, porque era um bullying pesado” “fiquei triste” “senti pena, porque ele era gordinho e chorou”</i>	<i>“Me senti mal”</i>	<i>“muito mal, pois conseguia sentir e entender o que ele estava sentindo, pois eu também já sofri” “fiquei chateada, pois eu não gostaria que acontecesse comigo”</i>	<i>“me senti mal, fui lá e defendi meu colega”</i>
Quem são (características) as pessoas que geralmente praticam bullying na escola?	<i>“eles eram meninos, altos, e não muito feios” “ele grande e barrigudo” “geralmente as pessoas que praticam são grandes, e elas praticam bullying com as crianças menores, tipo nos do 6 ano”</i>	<i>“Não sabemos, pois neste caso que presenciamos a pessoa mandava carta ou mensagem no WhatsApp”</i>	<i>“Essa pessoa gosta de ser autoritária dentro de sala, pensa que é melhor que os outros” “menino, bagunceiro”</i>	<i>“o mais popular” “aquela pessoa que se acha melhor que todo mundo”</i>
Qual foi a reação da escola? (caso tenha ocorrido alguma prática)	<i>“não vi” “depende muito da situação, tem pessoas que tomam alguma providência e tem outras que nos ignoram”</i>	<i>“levaram para a direção, e conversaram com a colega, inicialmente achavam que o agressor era de nossa turma, mas conseguimos provar que era de outra sala”</i>	<i>“A escola resolveu o problema” “não sei dizer, não fiquei muito por dentro”</i>	<i>“A coordenação achou que era frescura”</i>
Como você se sente dentro da escola? Seguro, inseguro, tem medo?	<i>“me sinto seguro, porque ninguém nunca me tratou mal aqui na escola” “me sinto segura” “bastante seguro”</i>	<i>“não me sinto muito segura” “mais ou menos” “não, nenhum um pouco”</i>	<i>“me sinto seguro, pois a escola já conseguiu resolver meu problema” “não me sinto segura”</i>	<i>“em relação a violência física, sim” “já na violência verbal, não me sinto segura”</i>

Fonte: autora, 2022.

Quando questionados sobre o que é bullying uma parte dos alunos do grupo focal A respondeu não saber o significado literal, já a outra parte tentou definir a agressão.

“(…) Não”

“(…) Não, não sei”

“(…) Mais ou menos”

“(…) O bullying começa com apelido, ou algo assim”

Como pode-se analisar os alunos do grupo focal A possuem pouca experiência com bullying dentro da escola, pois uma parte dos alunos já presenciou, mas nunca sofreu esse tipo de agressão dentro da escola.

“(…) Nessa escola, não”

“(…) Sim, já presenciei”

Os sentimentos descritos pelos alunos sobre como se sentiram na presença de uma agressão de bullying se relaciona com a definição de empatia.

“(…) Me senti mal”

“(…) Fiquei com muita pena, porque era um bullying pesado”

“(…) Fiquei triste”

“(…) Senti pena, porque ele era gordinho e chorou”

Mead (*apud* Harré e Lamb, 1988) atribuiu à empatia o significado de compreensão e partilha da emoção de outra pessoa, numa situação, implica “colocar-se no lugar do outro”. A habilidade da criança em representar o “papel do outro” era considerada como um aspecto importante para o seu desenvolvimento social e ético.

As consequências geradas pelo bullying são graves e acometem todos que estão envolvidos. Para as vítimas, estas consequências podem incluir os distúrbios de ansiedade, depressão e até mesmo suicídio. O agressor poderá apresentar comportamentos antissociais, dificuldade em relacionamentos afetivos e instabilidade nas relações futuras. Já para as testemunhas, esta prática pode causar descontentamento com a escola e comprometimento nas suas relações sociais.

Ao analisar as respostas do grupo focal B percebe-se que saber o significado do bullying influencia em ser ou não um potencial vítima, a posição assumida em resposta às agressões e aos apelidos pejorativos, repercute na continuidade destas.

“(…) Não”

Denotou-se que os estudantes que afirmaram não saber o que é bullying, sofreram com esta prática em maior frequência do que aqueles que afirmaram saber sobre bullying, por não assumirem uma atitude impositiva contra as agressões verbais.

“(…) Sim, já”

“(…) Me senti muito mal”

Notou-se que embora tivessem pouco conhecimento sobre o bullying, a maioria dos estudantes sofreu com uma das práticas deste fenômeno, a agressão verbal. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) no período de 2009 a 2019, constatou que cerca de 40% dos estudantes adolescentes já sofreram algum tipo de bullying (IBGE, 2022).

No grupo focal C e D (idade média respectivamente 13 e 14 anos) percebe-se que os alunos começam a compreender sobre o termo, um dos alunos do grupo focal C relatou já ter sofrido três tipos de violência, a verbal, a física e o cyberbullying, o que torna a situação extremamente preocupante pois, os efeitos comportamentais e psicológicos que a prática do bullying pode desencadear no adolescente que é vítima são variados e pode levá-los a assumir a posição de agressor em outras situações de bullying.

“(...) Sim, brincadeiras de mal gosto, agressões físicas e cyberbullying”

Os indivíduos que sofrem bullying podem desenvolver quadros depressivos, dificuldade de se relacionar com outras pessoas e passar a se comportar de forma agressiva (Trevisol; Campos, 2016).

“(...) Me senti muito mal”

O mesmo aluno ao ser questionado sobre como se sentiu ao presenciar algum colega sofrendo bullying, exclamou que se sentiu muito mal, pois conseguia sentir exatamente o que o colega estava sentindo, pois já havido passado por tal situação.

“(...) muito mal, pois conseguia sentir e entender o que ele estava sentindo, pois eu também já sofri”

A dificuldade que o professor tem em identificar o bullying não se deve somente ao fato de não haver denúncia por parte da vítima, devemos considerar que a falta de uma formação continuada abrangendo o tema violência escolar, que dê suporte ao professor no atendimento aos conflitos ocorridos em sala de aula, dificulta o discernimento entre violência e brincadeiras próprias da idade e, em sua atuação diária, cada professor atende um grande contingente de alunos (aproximadamente 30 alunos por turma), o que dificulta o atendimento individualizado e prejudica a adoção de medidas adequadas para a solução e prevenção do problema (Marriel, 2006).

Diante desta dificuldade, Fante (2012) cita alguns comportamentos próprios de alunos vítimas, formuladas por Olweus (1996), que podem ajudar a identificar quando um aluno está sendo vítima do bullying na escola, os professores devem ficar atentos se: durante o recreio a criança está frequentemente isolada do grupo ou procura a companhia somente de adultos; na sala de aula demonstra insegurança ou ansiedade e dificuldade em falar

diante dos demais alunos, nas atividades em grupo é o último a ser escolhido; nas tarefas escolares apresenta um desleixo gradual; apresenta fisionomia deprimida, aflita ou contrariada; apresenta contusões, feridas, cortes, arranhões ou roupa rasgada sem uma causa natural; falta às aulas com frequência; seus pertences escolares sempre somem.

Os pais também devem ficar atentos a estes itens e observar se a criança frequentemente apresenta, principalmente na parte da manhã, dores de cabeça, pouco apetite e tonturas, muda o humor de forma inesperada, apresenta explosões de irritação, inventa desculpas para não ir a aula, apresenta altos gastos na cantina, sempre pede dinheiro extra e não possui amigos fora da escola.

A problemática do bullying na escola, de certa forma, se reproduz em todo ambiente que instrui o cidadão para a vida e para o mundo. O bullying na escola possui diferentes motivos e é um dos itens causadores da reprovação. O bullying é levado para dentro da escola devido os problemas familiares, inserção social ou escolar, excessiva proteção dos pais, abuso e violência doméstica, carências sociais, influências negativas, entre outros.

Entrevista com a Coordenação Escolar: Estratégias de Enfrentamento ao Bullying e o Perfil das Vítimas e Agressores

A escola é um ambiente de sociabilização e integração, onde se espera o aprendizado, valores, disciplina e sociabilização e em nenhum momento espera-se qualquer forma que seja de violência, o papel da escola é proporcionar meios que facilitem o bem-estar dos estudantes.

Logo, é fundamental que a escola não minimize as atitudes de violência no ambiente escolar, elas devem ser tratadas com muita atenção em prol da saúde de seus estudantes. Considerando que o bullying se manifesta de diferentes formas e através de influências com o meio em que se está inserido. Ressalta-se que grande parte dos alunos, geralmente, se cala por medo, por não saberem como agir e por descrerem nas intervenções da escola.

Este silêncio pode ser interpretado pelos praticantes de bullying como uma afirmação de seu poder, o que influencia na continuidade desses atos (Oliveira, 2018).

Com a promoção da entrevista com a coordenação da escola campo, consegue-se fazer algumas reflexões sobre a ocorrência do bullying no ambiente escolar, além de compreender as estratégias de enfrentamento dos casos.

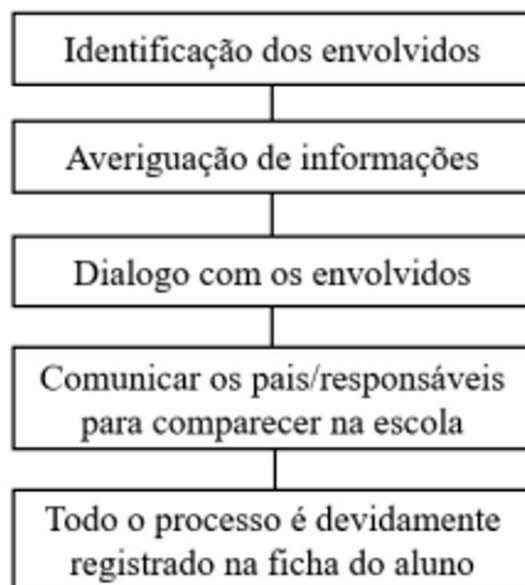
Segundo a coordenação, na escola já foram registrados casos de bullying com ataques físicos, pilheiras (humilhação por meio de piadas), violência verbal, violência moral e violência material.

A escola é um ambiente de socialização para crianças e adolescentes e deve ser um espaço seguro, amoroso e estável para favorecer o desenvolvimento pleno dos estudantes (Fernandes *et al.*, 2017), e para combater a violência na escola, é preciso construir um ambiente favorável, humano e cooperativo, com a criação de relações positivas e duradouras entre todos os envolvidos – alunos, professores, funcionários e comunidade. Fante (2012, p. 75) ao comentar sobre a violência escolar, explica que:

O comportamento agressivo ou violento nas escolas é hoje o fenômeno social mais complexo e difícil de compreender, por afetar a sociedade como um todo, atingindo diretamente as crianças de todas as idades, em todas as escolas do país e do mundo. Sabemos ser o fenômeno resultante de inúmeros fatores, tanto externos como internos à escola, caracterizados pelos tipos de interações sociais familiares, socioeducacionais e pelas expressões comportamentais agressivas manifestadas nas relações interpessoais.

Diante disso, as estratégias adotadas pela escola fazem diferença no enfrentamento a este tipo de violência, no fluxograma (figura 5) temos o protocolo de intervenção utilizado pela escola perante os casos, além disso a coordenação ressaltou que em certas situações a escola recorrer aos parceiros de segurança pública, psicólogos e psicopedagogos para atuarem em conjunto na resolução de conflitos.

Figura 5 - Fluxograma do protocolo de intervenção utilizado pela escola.



Fonte: adaptado pela autora, 2022.

Apesar da assiduidade da escola em comedir o bullying, os casos ainda se fazem bastante presente. O perfil das vítimas e dos agressores (Quadro 3) são descritos pela coordenação da escola, quando se relaciona o quadro 3 com as respostas dos alunos dos grupos focais (quadro 2) temos uma caracterização mais específica dos agressores.

Quadro 3 - Características das vítimas e dos agressores envolvidos em casos de bullying.

Características	
Vítimas	Agressores
Bom comportamento em sala de aula	Mal comportamento em sala de aula
Possui poucos amigos	Possui muitos amigos
Muito quieta	Extremamente falante
Baixa autoestima	Agitado
Porte físico fraco	Já sofreu bullying antes
Inteligente	Provocador
Sensível	É popular

Fonte: Dados da entrevista com a coordenação da escola - adaptado pela autora (2022)

Assim, uma das características mais marcante do agressor é citada pelo grupo focal C,

“(…) Essa pessoa gosta de ser autoritária dentro de sala, pensa que é melhor que os outros”

Logo, os agressores são crianças com baixa tolerância à frustração que gostam de provocar, magoar e destruir para sentir que têm poder, ou seja, é uma necessidade de

afirmação pessoal. O seu ambiente familiar, na maioria das vezes, é caracterizado por uma distância emocional, disciplina inconsistente ou muito punitiva e ausência de transmissão de valores e normas sociais.

Os estudiosos citam uma característica comum as vítimas de bullying: em geral são extremamente passivos, tendem a ser inseguros e não se defendem (Francisco e Libório, 2009). Olweus (1994), o primeiro grande estudioso do comportamento bullying, afirma que as vítimas são mais ansiosas e inseguras, solitárias e abandonadas na escola, têm baixa autoestima e em geral reagem aos ataques chorando ou se retraindo.

Outra característica comum nas vítimas de bullying que é citada pela coordenação da escola é ser diferente de alguma forma.

“(...) Tem uma aluna aqui na escola, ela tem um estilo diferente, se veste de forma diferente, e por isso ela sofria bullying”

São aqueles que se vestem de uma forma diferente, que são gordos, ruivos ou sardentos numa sala em que o “normal” não é isto, de outra raça, religião etc. Em condenação, que apresentam algum traço que “os coloca em desvantagem segundo o ambiente em que vivem” (Francisco e Libório, 2009).

Dentre esses “diferente” temos as crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA, que segundo a coordenação, a escola possui uma demanda grande de alunos com o TEA e que essas crianças são as que mais sofrem dentro da sala de aula, apesar da realização de projetos de conscientização e inclusão.

“(...) A escola possui uma grande demanda de alunos autistas, estamos sempre trabalhando com os demais alunos, buscando a inclusão, mas eles são os que mais sofrem bullying”

Em um estudo realizado no Canadá, pela Universidade York, sobre experiências de bullying entre crianças e jovens com TEA constatou que, as crianças com autismo apresentam um risco mais elevado de ser vítimas de bullying. As vitimizadas são as crianças mais novas e que têm menos amigadas na escola, mais dificuldades de comunicação, mais problemas de saúde mental ou têm pais com problemas de saúde mental mais graves. Prevalece o bullying verbal e social nestes alunos pelos seus pares, mais do que o físico,

pois os agressores sabem que estas formas causam tanto ou maior sofrimento e são mais discretas do que a agressão física (Cappadocia *et al.*, 2012).

Infelizmente não foi possível ter acesso ao projeto político pedagógico da escola devido a algumas adversidades enfrentadas pela escola no período da pesquisa, no entanto o diretor da escola garantiu a veracidade das informações prestadas. Na entrevista a coordenação citou algumas medidas de prevenção adotadas. Entre eles tem-se: atendimentos individuais, orientação coletiva realizada por professores e o projeto “*com viver*”.

“(…) sempre buscamos atender os alunos de forma individual, a vítima e o agressor, pois o atendimento de forma individual ajuda a compreender a situação e subsequente criar um plano de intervenção”

Durante o período de observação na escola campo foi possível presencial alguns desses atendimentos individuais, onde o aluno se dirige até a coordenação e conversa de forma amigável com a coordenadora. Esse atendimento individual é deveras necessário pois é quando a vítima se sente acolhida e segura para dialogar sobre a violência. No que diz respeito ao projeto supracitado, a coordenadora não apresentou mais informações. Apesar dos esforços da escola em controlar os casos de bullying, infelizmente suas políticas de enfrentamento não são suficientes, pois os casos continuam ocorrendo.

Programa Educação para Paz e sua Participação na Escola

O Programa Educação para a Paz (figura 5) no Estado do Amapá foi criado tendo como referência o Projeto de Lei nº 0233/17 – AL LEI Nº 2.282, de DEZEMBRO DE 2017, publicada no diário oficial do Estado nº 6591, de 29.12.2017 tendo como autora a Deputada Estadual Marília Góes.

Figura 6 - Página inicial da web do site do programa



Fonte: <http://epaz.seed.ap.gov.br/>

Desde o princípio até o momento, o programa já percorreu um grande caminho, todas as suas atividades são cuidadosamente listadas no quadro 4. Percebe-se que antes da criação da lei e do lançamento do programa, houve todo um processo para o seu sucesso. Uma das características mais marcantes do programa é a realização de formação para professores, coordenadores e funcionários da escola.

Quadro 4 - Evolução das atividades do programa educação para a paz.

Programa Educação para a Paz	
ANO	ATIVIDADE
2015	• Parceria: MP/TJAP/SEED;
2016	• 512 Profissionais passaram por formação realizadas pelo MP/AP;
2017	• Realização do Curso em Práticas Restaurativas; • Assinatura do Termo de Cooperação entre MP/TJAP/SEED; • Criação da Lei Estadual N°2.282, Programa EPAZ;
2018	• Curso em Pedagogia Restaurativa para multiplicadores da Rede Estadual; • Lançamento do Programa EPAZ; • Implantação das Escolas Restaurativas;
2019	• Caravana do EPAZ qualificou 1231 educadores em 13 municípios; • Formação para educadores e estudantes; • Atendimento as demandas escolares;
2020	• 1ª Etapa: Curso de Aprofundamento em P. R, para formadores das escolas estaduais; • Ações remotas: 2ª Etapa - Curso de Aprofundamento Em P.R, para formadores das escolas estaduais; Atendimento a demandas escolares; Oficina para educadores e servidores de outras secretarias;
2021	• Formação em P.R e Cultura de paz para outros setores, instituições, município e formadores de outros programas: CPVPEB; CEE; Amapá Jovem; Criança Alfabetizada, Educação infantil e Ens. Fundamental I em Vitória do Jari; • Encontro com Parceiros: Polícia Militar; Ministério Público; Tribunal de Justiça; • Construção de E-books e materiais; • Atendimento as demandas escolares.

Programa Educação para a Paz	
ANO	ATIVIDADE
2022	<ul style="list-style-type: none"> • ESCOLAS ATENDIDAS • (ACOLHIMENTO, VIVÊNCIAS, CURSOS...) • QUANTIDADE: 128 ESCOLAS (5 MUNICÍPIOS) • GESTORES: 46 • COORDENADORES PEDAGÓGICOS: 98 • PROFESSORES/AS: 612 • ESTUDANTES: 550 • FUNCIONÁRIOS: 40 • PAIS/COMUNIDADE: 260 • TOTAL: 1606

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Em 2020/2021 apesar do período pandêmico o programa não parou suas atividades, como é possível observar nestes anos foram realizados cursos de formação, oficinas, encontros, construção de um e-book e atendimento das demandas escolares. Em 2022 o atendimento foi ainda maior, o programa atendeu cerca de 550 estudantes que é um número relativamente pequeno, em relação a quantidade de alunos que estão em sala de aula no estado todo.

O programa engloba todos os tipos de violência, especificamente sobre o bullying na escola o programa vem se aprimorando a cada ano. Ressalta-se que em 2022, todas as solicitações por parte do requerente (escolas) estão ocorrendo de forma presencial, pois o sistema que dá apoio ao programa estava em manutenção até o momento da realização desta pesquisa.

Em entrevista um dos coordenadores do programa ressaltou que a “manutenção” do sistema não afetou suas atividades, pois as demandas da escola, continuam chegando até eles.

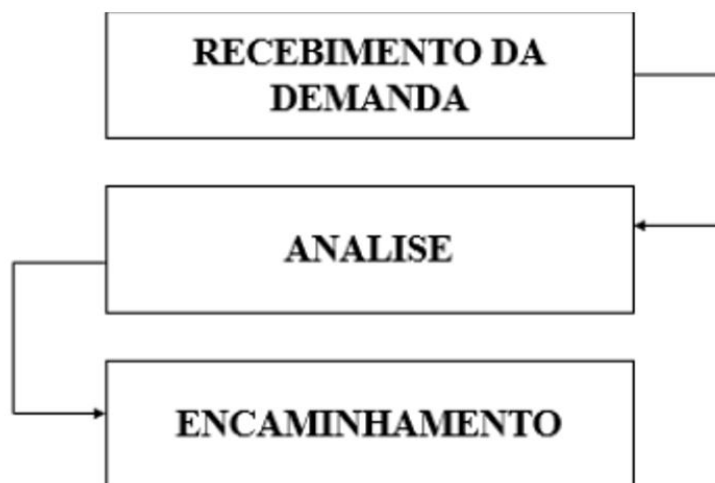
“(...) Atualmente nosso sistema se encontra em manutenção, no entanto, todos os atendimentos que antes eram realizados pela internet estão sendo realizados de forma presencial”

O programa atende todas as escolas do estado de forma direta ou indireta, na figura 7 temos o fluxograma de como ocorre o atendimento das escolas atendidas de forma indireta pelo programa.

“(...) O programa atende todo estado, recebemos a solicitação da escola, em seguida fazemos uma análise para saber como podemos ajudar, após essa análise encaminhamos para o colaborador que mais se identificar com a demanda”

O primeiro passo é o acolhimento da demanda, que chega no programa por meio da equipe técnica da escola ou da coordenação pedagógica, o segundo momento consiste na análise da demanda, pois a partir dessa análise o programa vai saber como ajudar a escola, o último passo é o encaminhamento para os parceiros do programa que irão realizar o atendimento da escola.

Figura 7 - Fluxograma do protocolo de atendimento de forma indireta das escolas.



Fonte: autora, 2022.

Na escola campo da pesquisa, o e Paz não se faz presente de forma direta. No entanto, a escola possui desde 2017 o “núcleo de mediação de conflitos” (figura 8), o programa envolve, além da Secretaria de Estado de Educação (Seed), o Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), a Defensoria Pública do Estado e a Prefeitura de Macapá. Que tem como objetivo atender alunos, docentes, técnicos e comunidade em geral na resolução de conflitos, visando estabelecer a cultura de paz no ambiente escolar, prevenindo atitude violentas e o bullying.

Figura 8 - Banner do núcleo de mediação de conflitos presente na escola campo.



Fonte: autora, 2022.

Segundo a coordenação da escola, infelizmente o programa está suspenso, pois a professora que foi designada para trabalhar no núcleo, se aposentou. No entanto, durante as observações na escola é possível notar nas atitudes dos funcionários em geral que o programa se faz presente, pois todos estão sempre dispostos a resolver os conflitos.

Esses “conflitos” podem ser evitados com a realização de oficinas, palestras e minicursos voltados para o bullying e suas consequências a curto e longo prazo para os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou investigar a ocorrência do bullying nas escolas públicas do município de Macapá no estado do Amapá, mostrando as estratégias e políticas que estão sendo utilizadas para o enfrentamento desse problema no ambiente escolar, tendo como base a Escola Estadual Gonçalves Dias.

Diante das informações apresentadas nesta pesquisa, foi possível observar que o bullying, também considerado como uma forma específica de violência entre pares, tem se feito presente nos ambientes educacionais, principalmente em alunos do 7º ao 9º ano. Além disso, os estudos e resultados aqui colocados indicam que as políticas de enfrentamento da escola e do estado do Amapá ainda não são suficientes para combater o bullying dentro do ambiente escolar.

É dever da Escola oferecer meios de desenvolver as relações sociais, satisfazendo as habilidades cognitivas, dando limites às ações em grupo, oferecendo normas para boa convivência, e ao mesmo tempo criando oportunidades a seus alunos para a sadia socialização secundária. Neste sentido, concordamos com Costantini,

A escola, como qualquer outro lugar frequentado por jovens e adultos, tem a obrigação de ter como objetivo prioritário a promoção de um contexto que seja satisfatório desse ponto de vista, aberto ao amadurecimento do grupo, ao desenvolvimento de relações positivas entre os adolescentes, suficiente para construir um sentido, um peso e um significado, em termos de amizade, ajuda e solidariedade, reconhecíveis por todos os seus componentes. Ou seja, contextos em que se promovam as habilidades cognitivas, emocionais e sociais, benéficas ao desenvolvimento da pessoa. Contextos entendidos também como sistemas organizados, na medida do adolescente, em que seja possível modificarem-se lugares, tempos e espaços para melhorar e tornar mais agradável o convívio, para estimular o confronto com as capacidades criativas dos estudantes, para promover as iniciativas pessoais e de grupo e nos quais se possam pôr à prova as funções relacionais voltadas ao estímulo do engajamento pessoal, à empatia, à colaboração e à responsabilidade (Costantini, 2004, p. 78-79).

Em relação ao bullying, verifica-se que as atitudes agressivas presenciadas ou vivenciadas pelos estudantes da escola campo não ocorrem a partir de um motivo justo,

adotado por um ou mais estudantes contra outro(s), causando sofrimento às suas vítimas. Este fenômeno está se tornando cada vez mais frequente nas escolas, e talvez os próprios pais e educadores não estejam percebendo a real gravidade do problema, e não entendem a maneira mais apropriada de resolver essa situação no espaço escolar.

De acordo Fante (2012), o fenômeno Bullying, “É o responsável pelo estabelecimento de um clima de medo e perplexidade em torno das vítimas, bem como dos demais membros da comunidade educativa que, indiretamente, se envolvem no fenômeno sem saber o que fazer” (Fante, 2012, p. 61).

Ao analisarmos a literatura, notamos que regularmente as vítimas de Bullying têm alguma característica distinta do grupo em que está inserida, e esta diferença é o foco que os agressores do fenômeno procuram para intimidá-las, como por exemplo, deficiência física, aspectos étnicos, culturais ou religiosos, obesidade e baixa estatura, ou mesmo introversão e baixa autoestima.

Para Costantini (2004), este fenômeno, para suas vítimas, tem consequências a curto e a longo prazos: ansiedade, ausência de autoestima, depressão e transtorno comportamental, a ponto de abandonar a escola e, como as pesquisas revelam, nos casos mais graves e para os indivíduos mais fracos, pode haver também uma maior probabilidade de risco de suicídio, concernente ao dado fisiológico ligado à adolescência.

No que diz respeito, as políticas públicas do estado do Amapá em especial o programa Educação para Paz, conclui-se que existe a necessidade de um investimento ainda maior por parte do governo do estado, pois apesar de suas atividades abrangerem todo estado, ainda há uma certa limitação nos atendimentos realizados.

Os resultados apontam para a necessidade de ampliação de mecanismos democráticos na escola em que todos seus atores possam ter espaço para ser ouvidos e serem respeitados. Observa-se também que os professores demonstram uma certa dificuldade em diferenciar indisciplina e violência.

Conclui-se, assim, a importância que este tema do bullying na escola, seja incluído no currículo das formações inicial e continuada de professores e coordenadores, para que haja uma compreensão maior sobre a temática. Embora se encaixem em um contexto e espaço específico, os elementos aqui discutidos colaboram com a construção de conhecimento científico sobre a temática das políticas públicas voltadas para o enfrentamento do bullying na escola e estabelecem aproximações e comparações com outras pesquisas relacionadas.

Por fim, pode-se considerar que a discussão apresentada alcançou os objetivos propostos. Vale salientar que esta pesquisa não tem a intenção de gerar generalizações quando se refere aos resultados encontrados ou de esgotar as discussões sobre o tema, pelo contrário, ela abre espaço para outras intervenções que venham ampliar o debate sobre o bullying na escola e as políticas públicas de enfrentamento desta violência. Considera-se que a reversão deste quadro só será possível se esse tema for continuamente discutido, pois é a partir da constante reflexão que se torna possível compreender as relações sociais que se travam na escola e, em particular, na escola pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. B. M.; RIBEIRO, S. S. **Bullying: que bicho é esse?** 2011. Disponível em: <https://bit.ly/cunha-8>. Acesso em: 14 mar. 2022.

ALMEIDA, L.; MASCARENHAS, S. **Cognição, motivação e aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: SANM. 2006.

AMAPÁ. **Lei de nº Lei 1.527, de 29 de dezembro de 2010**. Institui o Programa de Combate ao “bullying” nas escolas públicas e privadas do Estado do Amapá.

ANTUNES, D. C. **Mas o que seria isso, o bullying?** In: ANTUNES, D. C. *Bullying: Razão Instrumental e Preconceito*. São Paulo: Casa do Psicólogo. p. 36, 2010.

ANTUNES, D.C.; ZUIN, A. A. S. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicol. Sol.** v.20, n.1. Porto Alegre, jan/abr., 2008.

AZEVEDO, J.C.; MIRANDA, F.A.; SOUZA, C.H.M. **Reflexões acerca das estruturas psíquicas e a prática do Cyberbullying no contexto da escola**- Intercom – RBCC São Paulo, v.35, n.2, p. 247-265, 2012.

ALLIPRANDINI, P. M. Z. e SODRÉ, G. C. (2014). **Contribuições da produção científica para o diagnóstico, prevenção e intervenção junto ao bullying no contexto escolar**. Revista Cocar. Belém/Pará, 8, (16), 25-37, ago./dez.

AMAPÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **LEI Nº 1839, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014**. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=49945 acesso em: 10 de julho de 2022.

AMAPÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **LEI Nº. 1.527, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010**. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=27806 acesso em: 10 de julho de 2022.

AMAPÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **LEI Nº 2.282, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017**. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=83671 acesso em: 10 de julho de 2022.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BITTENCOURT, D. M. B., (2012). **“fenômeno bullying na escola”**. Práxis Educacional, vol. 8, núm. 13, pag. 211-231.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1998.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. **LEI Nº 12.737, de 30 de novembro de 2012**. 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). 2015. Disponível em: <https://bit.ly/cunha-6>. Acesso: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015. Institui o programa de combate ao bullying em todo Brasil e define-se como intimidação sistemática.** Brasília, DF. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm>.

BRASIL (Constituição, 1988). (2008). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas.**

BORGES, C. D.; SANTOS, M. A.; **Aplicações metodológicas da técnica de grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites.** Rev. SPAGESP, v.6, n.1, 2005.

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por dentro.** 3. ed. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2011.

BRASIL.; MEC.; PCN's. **Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais, temas transversais: Ética, pluralidade cultural.** Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF: MEC. 1998.

BRITO, C.C, OLIVEIRA, M.T. **Bullying and self-esteem in adolescents from public school.** J Pediatr: Rio Janeiro, v. 89, p. 601-607, 2013.

BRITO, I. **Dossie da adolescência Ansiedade e depressão na adolescência.** Rev Port Clin Geral, v.27, p.208-14, 2011.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia.** São Paulo: Saraiva, 1999.

CAPPADOCIA, M. *et al.* (2012). **Bullying Experiences Among Children and Youth with Autism Spectrum Disorders.** J Autism Dev Disord. (42), pp. 266-277.

CARNEIRO, M. A. (2015). **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 23. ed. revista e ampliada.** – Petrópolis, RJ: Vozes

CEDAC (Comunidade Educativa). **O que revela o espaço escolar? Um livro para diretores de escola** – São Paulo, Ed. Moderna, 2013.

COUTINHO, C. N. **O Estado Brasileiro: gênese, crise e alternativas.** In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fio Cruz / EPSJV, 2006.

COSTANTINI, A. **Bullying: como combatê-lo?.** Tradução de Eugênio Vinci de Moraes. São Paulo: Itália Nova, 2004.

CURY, A. I. **Pais Brilhantes, professores fascinantes.** Rio de Janeiro Editora Sextante; 2ª edição.

CRAIG, W. *et al.* **A cross-national profile of bullying and victimization among adolescents in 40 countries.** International Journal Public Health, Basel, v. 54, n. 2, p. 216- 224, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00038-009-5413-9> Acesso em: 14 out. 2022.

DÍAS, C. M. C. **Programa escola da família: Registro de experiência em resposta à violência escolar.** In: Convivencia en educación, problemas y soluciones: perspectivas europea y latinoamericana. Servicio de Publicaciones, 2012. p. 251-262.

- DIAS, L. DE S., SANTOS, M. DE L. S. e SILVA, A. K. M. da. (2021). **Bullying no contexto das escolas públicas de Belém/PA: realidades e possibilidades a partir das impressões dos gestores escolares**. In: Saberes educacionais em seus múltiplos contextos. Elisa Maria Pinheiro de Souza; Marco Antônio da Costa Camelo (Orgs.). – Belém: EDUEPA. 216 p.: il.
- ESPERANZA, J. **La convivencia escolar: un problema actual. Los problemas de la convivencia escolar: un enfoque práctico**. Madrid: Federación de Enseñanza de CC.OO, 2001.
- FANTE, C. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência e educar para a paz**. 7 ed. Campinas: Verus, 2012.
- FANTE, C.; PEDRA, J. A. **Bullying escolar: perguntas e respostas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- FERREIRA, E. B. Bullying: um mal social. *Jornal da Cidade Digital*. Bauru. 2012.
- FERNANDES, G.; DELL'AGLIO, D. D.; YUNES, M. A. M. **Programa de Intervenção na prevenção ao Bullying no contexto escolar**. SEFIC UNIVERSIDADE LA SALLE, 2019. Disponível em: <https://anais.unilasalle.edu.br/index.php/sefic2019/article/view/1569/1664>
- FIRMINO, M. S.; CUNHA, M. S.; SANTOS, L. B. S.; MIRANDA, A. L. S.; NUNES, T. M. As diferentes formas de abordagem sobre o bullying e a violência virtual nas escolas. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.2, p.13182-13192, 2021.
- FRICK, L. T. **Estratégias de prevenção e contenção do bullying nas escolas: as propostas governamentais e de pesquisa no Brasil e na Espanha**, 2016, 272f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2016.
- FRANCISCO, M. V.; COIMBRA, R. M.. **Análise do bullying escolar sob o enfoque da psicologia histórico-cultural**. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 20, n. 3, p. 184-195, Sept. 2015 disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-94X2015000300184&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de agosto de 2022 <http://dx.doi.org/10.5935/1678-4669.20150020>.
- FRANCISCO, M. V.; LIBÓRIO, R. M. C. **Um estudo sobre bullying entre escolares do ensino fundamental**. *Psicologia do Desenvolvimento • Psicol. Reflex. Crit.* 22 (2) • 2009 • <https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000200005>
- FEIZI, M. M. **Cultura de Paz x Violências. Papel e desafios da escola**. In: FEIZI, Masrour. Milani; JESUS, Rita de Cássia Dias P. (Orgs.). *Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: Edições INPAZ, 2003. p. 31-62.
- GRILLO, M. A.; SANTOS, A. C. S. **BULLYING NA ESCOLA**. *Colloquium Humanarum*. ISSN: 1809-8207, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 61–74, 2016. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1414>. Acesso em: 6 set. 2022.
- HARRÉ, R. e LAMB, R. (Ed.). (1988). **The Encyclopedic Dictionary of Psychology**. Oxford: Blackwell Reference.
- HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. *Cad. CEDES* 21 (55). Nov 2001. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Macapá**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/cunha-1>. Acesso em: 20 jan. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101955.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2022.

KIND, L. **Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais**. Psicologia em revista, Belo Horizonte, v.10, n.15, p.124-36, 2004.

KUKASWADIA, A.; CRAIG, W.; JANSSEN, I.; PICKETT, W. **Bullying as a mediator of relationships between adiposity status and weapon carrying**. International Journal of Public Health, June-July 2012; 57(3):505-12.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, M. T. S.; VIEIRA, F. H. M.; ALEXANDRE, H. P.; CAMPOS, V. A. **Bullying impacts on adolescent mental health**. Revista Ciência et Praxis, 2020, v. 13, n. 25, ja/jun, p. 91-103, ISSN: 1983-912X Disponível em: <file:///C:/Users/ictio/Downloads/praxys,+Journal+manager,+Artigo+-+4354.pdf> acesso em 11 de julho de 2022.

LEREVA, S. T.; COPELAND, W. E.; COSTELLO, E. J.; WOLKE, D. **Adult mental health consequences of peer bullying and maltreatment in childhood: two cohorts in two countries**. Lancet Psychiatry 2015; 2(6): 524-31.

LOPES-NETO, A. A. **Bullying: comportamento agressivo entre estudantes**. Jornal de pediatria, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/cunha-4>. Acesso em: 25 fev. 2022.

LEVISKY, David W. (Org). **Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e manipulando”**. São Paulo: Casa do Psicólogo. Hebraica, 2001.

LINS, R. C. B. S. **Bullying: Que fenômeno é esse?** Rev. Pedag., vol. Inaugural, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã. [Introdução de Jacob Gorender]**. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MALTA, D. C.; SILVA, M. A. I.; MELLO, F. C. M.; MONTEIRO, R. A.; SARDINHA, L. M. V.; CRESPO, C.; CARVALHO, M. G. O; SILVA, M. M. A.; PORTO, D. L. **Bullying nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)**, 2009. Ciências Saúde Colet, v.15, p.3065-3076, 2010.

MATTOS, M. Z.; JAEGER, A. A. **Bullying e as relações de gênero presentes na escola**. Movimento, Porto Alegre, v. 21, n. 2., p. 349-361, abr./jun. de 2015.

MATOS, V. J. A.; SILVA, J. P.; SANTOS, K. D. A.; GUIMARÃES, V. M. A. **Autoestima e bullying: uma revisão integrativa**. Revista Educa Mais, Volume 4 Nº 3 Pág. 577 a 590, 2020.

MATTER, M. C. W.; TROMBINI, Lo. **Estratégias de Prevenção e Contenção do Bullying nas Escolas: as propostas governamentais na região nordeste**. Anais do Seminário Formação Docente: Intersecção Entre Universidade E Escola, v. 1, n. 01, p. 20-39, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/cunha-9>. Acesso em: 24 fev. 2022.

MEDEIROS, C. **Bullying é maior entre estudantes do sexo masculino**. Agência USP de notícias. Publicado por Da Redação em 14 de maio de 2015 - 17:58 - Categoria: Sociedade. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/?p=208784> Acesso em: 21 de agosto de 2022.

MEC - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Brasil no PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros / OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

MELO, J. A. **Bullying na escola: como identificá-lo, como preveni-lo, como combatê-lo.** 3 ed. Recife: EDUPE, 2010.

MARRIEL, L. C. *et al.* **Violência Escolar e Auto-estima de Adolescentes.** Cadernos de Pesquisa. v. 36, n. 127, p. 35-50, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/94qjXzFpMZqQFF3Jv9mpyKm/?lang=pt>. Acesso em: 17 de novembro de 2022

MOZ, J. M. ZAWADSKI, M. L. **Bullying: estratégias de sobrevivência para crianças e adultos.** Porto Alegre: Artmed, 2007

MOTA, R. S.; GOMES, N. P.; CAMPOS, L. M.; CORDEIRO, K. C. C.; SOUZA, C. N. P.; CAMARGO, C. L. **Adolescentes escolares: associação entre vivência de bullying e consumo de álcool/drogas.** Artigo Original • Texto contexto - enferm. 27 (3) • 2018 • <https://doi.org/10.1590/0104-07072018003650017>

MOTA, R. S.; GOMES, N.P.; ESTRELA, F.M.; SILVA, M.A.; SANTANA, J.D.; CAMPOS, L.M.; *et al.* **Prevalence and factors associated with experience of intrafamilial violence by teenagers in school.** Rev Bras Enferm [Internet]. 2018;71(3):1022-9. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0546>

MULLER, P.; SUREL, Y.. **A Análise das Políticas Públicas. Pelotas: Educat,** 2002. Traduzido por: Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Tradução de: L'analyse des politiques publiques.

NAHAS, F. X.; GRAZIOSI, M. E. S.; LIEBANO, R. **Metodologia científica I.** Curso de Especialização em Saúde da Família–UNA-SUS| UNIFESP, 2012.

NETO, A. A.; SAAVEDRA, L. H. **Diga NÃO para o Bullying.** Rio de Janeiro: ABRAPI. 2004.

NETO, A. A. L. **BULLYING: saber identificar e como prevenir.** São Paulo: Brasiliense, 2011.

OLIVEIRA, W. C. **O papel do Professor diante do Bullying na sala de aula.** EDUCERE - Revista da Educação, Umuarama, v. 18, n. 2, p. 297- 317, jul./dez. 2018.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M.; PASINI, A. I.; LEVANDOWSKI, G. **O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos.** Psicologia: teoria e prática, v. 15, n. 2, p. 203- 215, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/cunha-3>. Acesso em: 25 fev. 2022.

OLWEUS, D. **Bullying segundo Olweus.** 1973. Disponível em: <https://bit.ly/cunha-7>. Acesso em: 12 mars. 2022

OLWEUS, D. **Bullying at school. Long term outcomes for the victims end an effective school-Based Intervention program.** In: HUESMANN, L. R., editor. **Agressive Behavior: Current Perspectives.** San Francisco: Plenum Press; 1994.

OLWEUS, D. **Hostigamiento y vejaciones em la escuela: um programa de intervención.** Perspectivas, v. 2, n. 2, p.133-139, jun. 1996. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000104709_spa#104609 Acesso em: 16 de novembro de 2022

OLWEUS, D. **School bullying: development and some important challenges.** Annual Review of Clinical Psychology, New Haven, v. 9, p. 751-780, 2013. <https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-050212-185516>

- ORIQUE, S. D. de L. S.; HAMMES, L. J. .; MOITA, E. **A incidência de bullying na escola pública e o papel da gestão no enfrentamento da violência.** Revista Educar Mais, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 1030–1046, 2021. DOI: 10.15536/reducarmais.5.2021.2586. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2586>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- OLWEYS, D. **A profile of bullying at school.** In: Educational Leadership, Mar. 2003.
- PAES, C. P. D.; LEITE, E.W. F. **Um olhar dobre o protagonismo no Bullying na análise das relações micro e macro ambiente institucional.** IFAP - campus Macapá. Pós graduação em informática na educação. Instituto Federal do Amapá. Macapá/AP, 2021.
- PEREZ, O. **Principais mudanças.** Instituto Península. 2018.
- PEREIRA, B. O. **Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças.** Fundação Caloueste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e tecnologia. Ministério da Ciência e Tecnologia. Porto: Ed. Imprensa Portuguesa, 2002.
- PEGORARO, Juan S. **A. construção histórica do poder de punir e da política penal.** In: SILVA, JMAP., and SALLES, LMF., orgs. Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 182 p. ISBN 978-85-7983-109-6.
- PIGOZI, P. L.; MACHADO, A. L. **Bullying na adolescência: visão panorâmica no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, v.20, p.3509-3522, 2015.
- PINTO, A. L. T.; WINDT, M. C. V. S.; CÉSPEDES, L. (orgs) **Vade Mecum.** São Paulo: Saraiva, 2007.
- PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA A PAZ.** Disponível em: <<http://epaz.seed.ap.gov.br/>>. Acesso em: 10 julho de 2022.
- QUEIROZ, M. R. M. P. **Bullying: A Intervenção da Escola Estadual Tiradentes a Diante desse Contexto.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 956-973, julho de 2017. ISSN:2448-0959.
- RESSEL, L. B.; BECK, C. L. C.; GUALDA, D. M. R.; HOFFMANN, I. C.; SILVA, R. M.; SEHEM, G. **D.O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa.** Texto Contexto Enferm, v.17, n.4, p. 779-86, 2008.
- RIBEIRO, M. C. **O desenvolvimento cognitivo dos autores de bullying: implicações para aprendizagem escolar.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.
- ROESCH, S. M. A.; BECKER, G. V.; MELLO, M. I. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SAMPAIO, J. M. C.; SANTOS, G. V.; OLIVEIRA W. A.; SILVA, J. L.; MEDEIROS, M.; SILVA, M. A. I. **Prevalência de bullying e emoções de estudantes envolvidos.** Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, Abril-Junho 2015; 24(2): 344-52.
- SILVA, L. O.; BORGES, B. S. **Bullying nas escolas.** Direito & Realidade, v.6, n.5, p.27- 40/2018
- SHARIFF, S. **Cyberbullying: questões e soluções para a escola, a sala de aula e a família.** Porto Alegre: ArtMed, 2011.

- SMITH, P. K.; STEFFGEN, G. **Cyberbullying through the new media: findings from an international network**. East Sussex, New York: Psychology Press. 2013.
- SMITH, P. K. **Understanding school bullying: its nature & prevention strategies**. London: Sage, 2014.
- SMITH, Peter *et al.* **The nature of school bullying: a cross-national perspective**. London: Routledge, 1999.
- SMORTI, A.; MENENISE, E.; SMITH, P. **Parents' definitions of children's bullying in a five-country comparison**. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, Winston-Salem, v. 34, n. 4, p. 417-432, 2003. <http://dx.doi.org/10.1177/0022022103254163>
- SILVA, B.; OLIVEIRA, F. A. F. de. **Suicídio entre adolescentes: qual a relação com o bullying?**. *Revista Uninga*, [S. l.], v. 56, n. S1, pág. 208–217, 2019. Disponível em: <https://revista.uninga.br/ninga/article/view/312>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- SILVA, K. R. C. da. **Comportamento suicida em crianças vítimas do bullying no contexto escolar**. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 373–398, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i3.784. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/784>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- SILVA, A. B. B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- SILVA, J. M. A. P.; SALLES, L. M. (Orgs.). **Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2010. p. 71-102.
- SOARES, J. R. V.; OLIVEIRA, G. F. S. **Bullying e o desafio no contexto educacional**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 04, Ed. 09, Vol. 05, pp. 68-78. setembro de 2019. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/bullying-e-o-desafio> Acesso em: 25 de julho de 2022
- SOUSA, R. **Professor cria canal digital de combate ao bullying em escola do Maranhão**. *INOVAÇÕES EM EDUCAÇÃO*. 19 de outubro de 2022. Disponível em: <https://porvir.org/professor-cria-canal-digital-de-combate-ao-bullying-em-escola-do-maranhao/> Acesso em: 21 de novembro de 2022
- SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Dossiê Sociedade e Políticas Públicas • Sociologias* (16). Dez 2006. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>
- SESI. **Profissionais da Escola SESI desenvolvem projeto para combater o bullying e a depressão**. Publicado: 27 de setembro de 2018 Disponível em: <https://www.ap.sesi.org.br/noticias/profissionais-da-escola-do-sesi-desenvolvem-projeto-para-combater-bullying-e-depressao.html> Acesso em: 25 de julho de 2022.
- TRAD, L. A. B. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. *Temas Livres • Physis* 19 (3) • 2009 • <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>
- TREVISOL, M.T.C.; CAMPOS, C.A. **Bullying: verificando a compreensão dos professores sobre o fenômeno no ambiente escolar**. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 20, n. 2, mai./ago., 2016.
- TROMBINE, L. **Estratégias de Prevenção e Contenção do Bullying nas Escolas**. 2013.
- VERGARA, S. **Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WANG, J.; NANSEL, T. R.; LANNOTTI, R. J. **Cyber and traditional bullying: differential association with depression.** Adolescent Health. v.48, p.415-417, 2011.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas.** In: TAVARES, J. (Org.). Resiliência e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

YUNES, M. A. M **Psicologia positiva e resiliência.** **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, núm. esp., p. 75-84, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/8NB6nkqmK49dWHJYbqXLFDB/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em :20 de julho de 2022.

YUNES, M. A. M. **Um educador para proteger do risco e tricotar a resiliência: o profissional da educação como agente de proteção e de promoção de resiliência.** In: CABRAL, S.; CYRULNIK, B. (Orgs.). Resiliência: como tirar leite de pedra. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. p. 157-172.

ZEQUINÃO, M. A.; MEDEIROS, P.; PEREIRA, B.; CARDOSO, F. L. **Bullying escolar: um fenômeno multifacetado.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 181- 198, janeiro-março 2016.

ZAFANI, G. S. (2021). **Políticas públicas federais e estaduais para prevenção e contenção ao Bullying e Cyberbullying no Brasil após a promulgação da lei federal 13.185/2015.** - Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 124f.

APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista: Coordenadores e Professores

Comente sobre sua formação e atuação profissional

1. Existem registros de situações de prática do bullying na escola?
2. Qual caso teve maior repercussão na escola?
3. De que forma a escola procede quando existem casos de bullying?
4. Qual política ou estratégia a escola possui para combater o bullying ou promover uma cultura de paz entre alunos?
5. O Projeto Político Pedagógico da escola contém medidas preventivas de bullying escolar?
6. Você acredita que existem casos de práticas de bullying desconhecidas por você na escola?
7. Como você avalia o nível de práticas de bullying na escola?
8. Algum aluno já procurou por você para prestar queixa sobre estar sendo vítima de bullying na escola?
9. Como os pais são comunicados de casos de bullying na escola?
10. A escola faz parte do programa Epaz?
11. Como o programa influencia nas propostas e estratégias de combate ao bullying?

Apêndice B – Questões Norteadoras

Grupo Focal

1. Você sabe o que é bullying?
2. Conhece as formas de manifestação desta agressão?
3. Você já sofreu algum tipo de bullying dentro ou fora do ambiente escolar?
4. Como você se sentiu?
5. Você já presenciou algum colega sofrendo bullying?
6. Como você se sentiu?
7. Quem são (características) as pessoas que geralmente praticam bullying na escola? 8. Qual foi a reação da escola? (caso tenha ocorrido alguma prática)
9. Como você se sente dentro da escola? Seguro, inseguro, tem medo?

ANEXOS

Anexo A – Carta de Anuência para Autorização de Pesquisa

Carta de anuência para autorização da pesquisa – Escola Estadual Gonçalves Dias

Ao gestor(a) da Escola Estadual Gonçalves Dias

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada “Os desafios do Bullying nas escola públicas e privadas no município de Macapá estado do Amapá”, vinculada a linha de pesquisa Avaliação de Instituições Públicas, Programas e Projetos Institucionais, do Mestrado Profissional Em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade do Ceará (UECE), em convênio com SEED/AP pela mestranda Marlene de Souza da Cunha, servidora Pública Estadual, lotada na Secretaria Estadual de Educação, residente e domiciliada na Rua Presidente Arthur Costa e Silva, 1110, bairro hospitalidade, Santana-AP, que está devidamente matriculada e cursando no Programa de Pós Graduação em Planejamento em Políticas Públicas/UECE.

Na referida pesquisa a mestranda trabalhará com questionários, entrevistas e análise documentais a serem realizadas com alguns alunos, professores e coordenação pedagógica desta instituição escolar. A pesquisa ocorrerá em 2022, sob a orientação da professora-doutora Maria Andrea Luz da Silva.

O objetivo Geral da pesquisa é Investigar a ocorrência do Bullying nas escolas públicas e Privadas do município de Macapá do estado do Amapá, mostrando as estratégias e políticas que estão sendo utilizadas para a redução desse problema no ambiente escolar.

Certo do vosso apoio e colaboração, agradecemos antecipadamente a atenção e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos se for necessário.

Macapá-AP, de Agosto de 2022.

Autorizamos a solicitação

Não autorizamos a solicitação

Marlene de Souza da Cunha
Aluna-mestranda/UECE


Gestor escolar
Em: 30/08/22

Anexo B – Declaração de Veracidade das Informações Prestadas

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

Eu, WANERLLON DE ALMEIDA CARDOSO, Diretor da Escola Estadual Gonçalves Dias, DECLARO, que não foi possível apresentar o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola devido as adversidades enfrentadas pela coordenação, no entanto DECLARO, a autenticidade das informações prestadas **para a elaboração da Dissertação de Mestrado intitulada “ANÁLISE DAS POLÍTICAS PUBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO BULLYING NO ÂMBITO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP”**.

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades pelas informações prestadas, firmo a presente.

Macapá, 12 de dezembro de 2022

Sobre a Autora

Marlene de Souza da Cunha

Professora concursada pelo Governo do Estado do Amapá (GEA), possui licenciatura em Letras (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP), é especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (Instituto Federal do Amapá - IFAP) e mestre em Planejamento e Políticas Públicas (Universidade Estadual do Ceará - UECE).

Índice Remissivo

A

aceitação 17

ações 16, 17, 26, 33, 35, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 70, 76

adolescência 23, 25, 28, 32, 71, 74, 78

adolescentes 12, 19, 23, 24, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 43, 59, 62, 70, 79

adversidades 14, 16, 65, 84

agressivo 12, 21, 28, 62, 76

agressões 14, 16, 25, 26, 27, 29, 31, 35, 57, 59, 60

alunos 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 23, 26, 27, 30, 31, 34, 35, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 81

ambiente 12, 13, 14, 16, 20, 22, 24, 26, 29, 30, 31, 35, 43, 48, 49, 50, 51, 57, 61, 62, 64, 68, 70, 78, 79, 82

ambientes 13, 25, 48, 54, 70

B

bullying 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

C

comportamento 12, 21, 28, 31, 33, 50, 62, 63, 64, 76

comunidade 12, 20, 33, 35, 44, 48, 49, 54, 62, 68, 71

conduta 27, 30, 35, 47

condutas 16, 24, 25, 50

conflitos 16, 27, 29, 49, 60, 62, 68, 69

contexto 16, 17, 37, 40, 41, 42, 44, 70, 72, 73, 75, 77, 79

crianças 15, 19, 23, 24, 27, 28, 29, 32, 34, 43, 45, 58, 62, 63, 64, 77, 78, 79

cyberbullying 21, 25, 30, 31, 43, 48, 57, 60

D

desigualdade 14, 24, 52

diferenças 16, 25, 35

E

educação 14, 15, 16, 25, 29, 34, 41, 42, 45, 48, 53, 66, 73, 74, 78, 80

educacionais 13, 18, 49, 70, 75

educadores 14, 16, 66, 71

efetivas 26

enfrentamento 12, 13, 19, 20, 30, 45, 46, 49, 50, 51, 62, 65, 70, 72, 78

escola 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 84

escolar 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 57, 60, 61, 62, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82

escolas 17, 18, 19, 20, 23, 28, 30, 31, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 62, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 75, 76, 78, 79

espaço 14, 17, 23, 28, 34, 35, 40, 43, 45, 48, 55, 62, 71, 72, 74

estratégias 12, 16, 18, 19, 20, 22, 31, 35, 41, 44, 50, 51, 62, 70, 75, 77, 81

estudantes 12, 15, 17, 19, 20, 23, 28, 31, 32, 33, 34, 49, 54, 59, 61, 62, 66, 67, 70, 71, 76, 77, 78

exclusão 25, 32

F

fenômeno 14, 16, 19, 43, 52, 59, 62, 71, 73, 76, 79, 80

física 16, 19, 24, 25, 31, 42, 43, 47, 58, 60, 65, 71

forma 13, 14, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 38, 39, 42, 44, 46, 48, 49, 56, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 70, 81

G

gestores 15, 16, 23, 75

I

intervenção 18, 32, 39, 41, 51, 62, 63, 65, 73

intimidação 25, 42, 43, 44, 47, 74

J

jovens 12, 15, 16, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 64, 70

M

meio 14, 15, 17, 22, 23, 25, 34, 35, 40, 49, 51, 52, 56, 61, 62, 68

O

ocorrência 12, 17, 18, 20, 32, 62, 70

ocorrências 14

ofensivo 12

P

políticas 12, 13, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 65, 70, 71, 72, 75

prática 14, 15, 17, 19, 20, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 42, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 58, 59, 60, 73, 77, 81, 82

prevenção 16, 17, 18, 19, 22, 35, 37, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 60, 65, 73, 75, 76, 78, 80

problema 12, 14, 18, 19, 20, 24, 31, 32, 34, 35, 44, 48, 50, 58, 60, 70, 71, 75

projetos 15, 16, 18, 35, 44, 46, 48, 49, 50, 51, 64

públicas 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 70, 71, 72, 73, 75, 79, 80

R

respeito 12, 17, 18, 20, 22, 33, 34, 35, 42, 49, 54, 65, 71

S

saúde 7, 16, 19, 23, 24, 32, 33, 42, 61, 64, 79

situações 12, 14, 16, 20, 22, 25, 28, 51, 60, 62, 81

social 12, 16, 20, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 34, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 59, 61, 62, 64, 75

T

tolerância 17, 18, 35, 49, 63

V

verbal 18, 19, 26, 43, 57, 58, 59, 60, 62, 64

violência 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26,

27, 29, 31, 32, 33, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51,
52, 58, 60, 61, 62, 65, 67, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79

violenta 14, 27, 47

vítima 24, 25, 26, 28, 29, 42, 43, 46, 59, 60, 65, 81

vítimas 12, 14, 17, 19, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32,
33, 44, 51, 59, 60, 63, 64, 71, 79




AYA EDITORA
2024